

# Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	24
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	27
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	30
2.5 Medições não contábeis	31
2.6 Eventos subsequentes as DFs	36
2.7 Destinação de resultados	37
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	40
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	41
2.10 Planos de negócios	42
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	45
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	46
5.2 Descrição dos controles internos	52
5.3 Programa de integridade	55
5.4 Alterações significativas	58
5.5 Outras informações relevantes	59

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### 2.1 - Condições financeiras e patrimoniais

#### a. Comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia é uma distribuidora de energia elétrica, cuja área de concessão engloba todo o estado do Pará, pertencente ao Grupo Equatorial Energia.

A Administração da Companhia entende que a Companhia tem condições financeiras e patrimoniais suficientes para desenvolver as atividades do seu negócio, assim como para cumprir suas obrigações de curto e médio prazo. Por meio de uma análise dos números do ativo circulante e do passivo circulante, é possível verificar que a Companhia tem liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir suas obrigações. A Administração da Companhia não tem como garantir que tal situação permanecerá inalterada, mas caso entenda necessário captar recursos para financiar seus investimentos e possíveis aquisições, acredita que a Companhia terá capacidade para contratá-los.

Abaixo estão apresentadas as informações sobre a estrutura financeira e patrimonial da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
(Em R\$ [mil], exceto índices)	2022	2021	2020
Patrimônio Líquido	3.450.251	3.359.915	3.373.178
Dívida Bruta(a)	5.945.489	4.476.451	4.609.843
Dívida Líquida(b)	4.155.872	2.867.946	2.560.414
Ativo Circulante	4.422.557	4.758.546	4.970.063
Passivo Circulante	3.259.203	3.287.767	2.535.530
Passivo Não Circulante	6.641.262	5.483.062	6.332.559
<b>Índice de liquidez corrente(c)</b>	1,36	1,45	1,96
<b>Índice de endividamento geral(d)</b>	2,87	2,61	2,63

(a) A Dívida Bruta não é uma medida de desempenho financeiro reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS, e não possui significado padrão. A Dívida Bruta corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) e dívida com credores financeiros em função do plano de recuperação judicial (circulante e não circulante). Para mais informações, veja o item 3.2 deste Formulário de Referência.

(b) Dívida Líquida não é uma medida de desempenho financeiro reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS. A Dívida Líquida é calculada pela Dívida Bruta deduzida dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras (incluindo investimentos de curto prazo e títulos de valores mobiliários) e outros ajustes, conforme demonstrados no 2.5 deste Formulário de Referência.

(c) Corresponde à divisão do ativo circulante pelo passivo circulante.

(d) Corresponde à divisão da soma do passivo circulante e o passivo não circulante pelo patrimônio líquido

#### b. Comentários dos Diretores sobre a Estrutura de capital

O setor de energia elétrica requer uso intensivo de capital. A Companhia realiza frequentemente captações por meio do mercado financeiro e de capitais para financiar suas estratégias de crescimento e a condução de suas operações, o que explica a estrutura de capital da Companhia ser composta substancialmente por capital de terceiros.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou a seguinte composição de capital: (i) 23% de capital próprio (ou seja, patrimônio líquido dividido pelo total do passivo e patrimônio líquido) e (ii) 77% de capital de terceiros (ou seja, a soma do passivo circulante com o passivo não circulante dividido pelo total do passivo e patrimônio líquido).

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou a seguinte composição de capital: (i) 28% de capital próprio (ou seja, patrimônio líquido dividido pelo total do passivo e patrimônio líquido) e (ii) 72% de capital de terceiros (ou seja, a soma do passivo circulante com o passivo não circulante dividido pelo total do passivo e patrimônio líquido).

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou a seguinte composição de capital: (i) 28% de capital próprio (ou seja, patrimônio líquido dividido pelo total do passivo e patrimônio líquido) e (ii) 72% de capital de terceiros (ou seja, a soma do passivo circulante com o passivo não circulante dividido pelo total do passivo e patrimônio líquido).

Em R\$ mil	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
<b>Capital próprio</b>			
Capital social	<b>1.624.459</b>	1.624.459	1.624.459
Reserva de capital	<b>28.343</b>	21.959	15.025
Reserva de reavaliação	<b>60.828</b>	67.939	81.269
Reserva de lucros	<b>1.189.057</b>	1.649.606	1.653.711
Ajuste de avaliação patrimonial	<b>-12.613</b>	-4.048	-1.286
Patrimônio líquido	<b>2.890.074</b>	3.359.915	3.373.178
<b>Capital de terceiros</b>			
Passivo circulante	<b>3.259.202</b>	3.287.767	2.535.530
Passivo não circulante	<b>6.641.262</b>	5.483.062	6.332.559

Os Diretores da Companhia entendem que a Companhia possui estrutura de capital adequada ao cumprimento de suas obrigações de curto e médio prazo e à condução de suas operações por meio de suas controladas.

Adicionalmente a Diretoria da Companhia entende que a atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação da dívida líquida - composta pelo saldo de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) e debêntures (circulante e não circulante), somado aos credores financeiros da Recuperação Judicial (circulante e não circulante) e seus respectivos AVPs, descontada de (i) caixa e equivalentes de caixa; (ii) investimentos de curto prazo; (iii) valores a receber e valores a pagar de Parcela A (circulante e não circulante) e saldo líquido de instrumentos financeiros derivativos (circulante e não circulante); (iv) tarifa social de baixa renda; (v) subrogação da CCC – valores aplicados; (vi) depósitos judiciais vinculados à empréstimos; e (vii) repasses vencidos de CDE sobre patrimônio líquido, apresenta níveis de alavancagem em linha com os valores de alavancagem observados em empresas comparáveis do setor no mercado.

A Diretoria da Companhia esclarece que, em 31 de dezembro de 2022, o gerenciamento do seu capital está baseado no acompanhamento de três principais indicadores financeiros, estabelecendo os limites máximos que não comprometem as operações da Companhia:

- Dívida Líquida/EBITDA;
- Dívida Líquida/ (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido)
- Dívida de curto prazo/dívida total

### c. comentários dos Diretores em relação a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os diretores da Companhia destacam que, em 31 de dezembro de 2022, considerando o perfil de longo prazo do endividamento da Companhia, resultado das renegociações e novações advindas do

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

plano aprovado pelos credores da Recuperação Judicial ("Plano de Recuperação Judicial"), a Companhia pretende honrar seus compromissos financeiros, de curto e longo prazo com recursos provenientes da sua geração operacional de caixa, empréstimos e financiamentos e aporte de recursos pelos acionistas.

Observando o endividamento, o fluxo de caixa e a posição de liquidez, os Diretores acreditam que a Companhia tenha liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos. Caso a Companhia entenda ser necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos, a mesma acredita ter capacidade para contratá-los atualmente.

Desde 2012, a Companhia contrata empresa de *rating* para avaliação da sua capacidade financeira, o que auxilia no processo de captação de recursos junto a terceiros pela Companhia. Abaixo, demonstramos a evolução do *rating* da Companhia em escala local, de acordo com a *Standard And Poors*:

2020	2021	2022
AAA	AAA	AAA

### d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A Companhia visando sempre a obter as menores taxas e maiores prazos a suas demandas de investimento fixo e/ou capital de giro, recorre aos principais provedores de *funding*, ou seja, Mercado de Capitais (principalmente debêntures), BNDES, Bancos de Desenvolvimento Regionais (BNB e BASA), Fundos de Desenvolvimento Regional (FDA), Bancos Comerciais (principalmente linhas 4131), agências multilaterais de fomento ou demais fontes do mercado bancário.

Nesse contexto, as principais fontes financiamento em 2022, para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes, em ordem de participação no saldo total são: (i) Mercado de Capitais (6ª Emissão de Debêntures); (ii) Bancos Comerciais (linha 4131 com Scotiabank); (iii) BNDES.

### e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Atualmente, a Companhia possui limites substanciais de crédito aprovados em instituições financeiras, além de amplo acesso ao mercado de capitais. Os Diretores da Companhia entendem que caso seja necessária a cobertura de deficiências de liquidez para financiamento de capital de giro ou investimentos em ativos não circulantes na Companhia, é possível a utilização destas linhas disponíveis em bancos comerciais, mercado de capitais e/ou o acesso a financiamentos de linhas oficiais, de acordo com prazo, custo e necessidade de garantias que possam vir a estar disponíveis.

### f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas:

Em 31 de dezembro de 2022, a dívida bruta da Companhia era de R\$ 5.945,5 milhões. A dívida líquida da Companhia atingiu R\$ 4.155,9 milhões. Do valor da dívida bruta, 13,4% (R\$ 797 milhões) tinha vencimento no curto prazo e 86,6% (R\$ 5.148 milhões) tinha vencimento no longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2021, a dívida bruta da Companhia era de R\$ 4.476,5 milhões. A dívida líquida da Companhia atingiu R\$ 2.867,9 milhões. Do valor da dívida bruta, 18,8% (R\$ 839 milhões) tinha vencimento no curto prazo e 81,2% (R\$ 3.637 milhões) tinha vencimento no longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2020, a dívida bruta da Companhia era de R\$ 4.610 milhões. A dívida líquida

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

da Companhia atingiu R\$ 2.560 milhões. Do valor da dívida bruta, 22,7% (R\$ 1.047 milhões) tinha vencimento no curto prazo e 77,3% (R\$ 3.563 milhões) tinha vencimento no longo prazo.

O saldo dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), debêntures (circulante e não circulante), credores financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2022 totalizavam R\$ 5.945 milhões. Utilizando-se como parâmetro o índice “dívida líquida dividida pela dívida líquida mais patrimônio líquido”, o resultado em 31 de dezembro de 2022 foi de 0,59.

(Em R\$ mil)	2022	2021	2020
Dívida Líquida	4.155.872	2.867.946	2.560.414
Patrimônio Líquido	2.890.074	3.359.915	3.373.178
Índice de Endividamento	59%	46%	43%

Definições:

Dívida Líquida – significa a dívida líquida composta pelo saldo de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) e debêntures (circulante e não circulante), somado aos credores financeiros da recuperação judicial (circulante e não circulante) e seus respectivos AVPs, descontada de (i) caixa e equivalentes de caixa; (ii) investimentos de curto prazo; (iii) valores a receber e valores a pagar de Parcela A (circulante e não circulante) e saldo líquido de instrumentos financeiros derivativos (circulante e não circulante); (iv) tarifa social de baixa renda; (v) Subrogação da CCC – valores aplicados; (vi) depósitos judiciais vinculados à empréstimos; e (vii) repasses vencidos de CDE.

Patrimônio Líquido – significa a conta patrimônio líquido do passivo.

Índice de endividamento – significa a dívida líquida dividida pela dívida líquida mais patrimônio líquido.

$$\text{Dívida Líquida} = \frac{\text{Dívida Líquida}}{(\text{Dívida Líquida} + \text{Patrimônio Líquido})}$$

### i. Contratos de empréstimo e financiamento contratos de Empréstimos, Financiamentos, e Debêntures relevantes

A diretoria da Companhia destaca abaixo as principais operações de empréstimos, financiamentos e debêntures contratadas pela Companhia, referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

	Custo da dívida (% a.a.)	Garantia	2022		
			Principal e encargos		
			Circulante	Não circulante	Total
<b>Moeda estrangeira (US\$)</b>					
Banco Citibank S.A. (a)	111,8% do CDI	-	340.325	-	340.325
Scotiabank	CDI + 1,35%		5.747	1.043.540	-
Total moeda estrangeira (US\$)			346.072	1.043.540	-
<b>Moeda nacional</b>					
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	IPCA + 4,11% a 4,81%	Aval/Fiança + Conta Reserva + Recebíveis	216.409	2.361.151	

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Caixa Econômica Federal	6,00%	Aval/Fiança + Conta Reserva + Recebíveis	7.743	31.635	-
Subtotal			210.683	1.744.403	1.955.086
(-) Custo de captação			(437)	(6.287)	(7.160)
Total moeda nacional			223.715	2.386.499	-
<b>Total</b>			<b>569.787</b>	<b>3.430.039</b>	<b>3.999.826</b>

			2021		
			Principal e encargos		
	Custo da dívida (% a.a.)	Garantia	Circulante	Não circulante	Total
<b>Moeda estrangeira (US\$)</b>					
Banco Citibank S.A. (a)	111,8% a 114% do CDI	-	557.025	362.733	919.758
Total moeda estrangeira (US\$)			557.025	362.733	919.758
<b>Moeda nacional</b>					
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	IPCA + 4,11% a 4,81%	Aval/Fiança + Conta Reserva + Recebíveis	202.911	1.705.176	1.908.087
Caixa Econômica Federal	6,00%	Aval/Fiança + Conta Reserva + Recebíveis	7.772	39.227	46.999
Subtotal			210.683	1.744.403	1.955.086
(-) Custo de captação			(436)	(6.724)	(7.160)
Total moeda nacional			210.247	1.737.679	1.947.926
<b>Total</b>			<b>767.272</b>	<b>2.100.412</b>	<b>2.867.684</b>

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía as seguintes emissões (Debêntures) vigentes.

							2022		
Emissã o	Característica	Série	Valor da Emissão	Custo Nominal	Data da Emissão	Venciment o	Saldo líquido circulante	Saldo líquido não circulante	Total
2ª	(2)/(3)/(6)/(7)	1ª	60.000	IPCA + 2,40% a.a.	dez/16	jan/24	28.208	27.102	55.310
2ª	(2)/(3)/(6)/(7)	2ª	23.000	IPCA + 2,40% a.a.	dez/16	jan/24	10.643	10.178	20.821
3ª (a)	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	2ª	100.931	IPCA + 6,87% a.a.	dez/16	dez/23	136.663	-	136.663
6ª	(1)/(3)/(4)	Única	1.350.000	CDI + 1,40% a.a.	jun/22	mai/28	23.519	1.345.496	1.369.015
<b>Total</b>							<b>199.033</b>	<b>1.382.776</b>	<b>1.581.809</b>

- (1) Emissão pública de debêntures simples
- (2) Emissão privada de debêntures simples
- (3) Não conversíveis em ações
- (4) Espécie quirografia
- (5) Debêntures incentivadas
- (6) Garantia adicional fidejussória; e
- (7) Garantia adicional real

(a) A totalidade dos recursos obtidos foram aplicados em conformidade com a escritura.

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem garantias fidejussórias, recebíveis e covenants não financeiros e financeiros, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Abaixo estão apresentados os covenants financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia:

<b>Covenants Empréstimos</b>	<b>Citibank</b>
1º Dívida líquida/EBITDA: $\leq 4,0$	1,4
<b>Covenants Empréstimos</b>	<b>Scotiabank</b>
1º Dívida líquida/EBITDA: $\leq 4,5$	1,5

As debêntures contratadas pela Companhia possuem garantias reais e *covenants* não financeiros e financeiros, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Abaixo estão apresentados os covenants financeiros presentes nos contratos de debêntures da Companhia:

<b>Covenants debêntures</b>	<b>2ª debêntures</b>
1º Dívida líquida/EBITDA ajustado: $\leq 4,0$	2,3
2º EBITDA/Despesa financeira líquida: $> 2,0$	7,7
<b>Covenants debêntures</b>	<b>3ª debentures</b>
1º Dívida líquida/EBITDA ajustado: $\leq 3,5$	1,5
2º EBITDA/Despesa financeira líquida: $\geq 1,5$	9,6
<b>Covenants debêntures</b>	<b>6ª debêntures</b>
1º Dívida líquida/EBITDA ajustado : $\leq 4,5$	1,5

Os indicadores acima, obedecem aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas. Não há diferenças conceituais relevantes entre os indicadores mencionados e as definições contábeis de dívida líquida e EBITDA. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos.

### ii. Outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras.

### iii. Grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Os diretores da Companhia informam que não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas da Companhia. As dívidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei.

iv. eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se a Companhia vem cumprindo essas restrições

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros, alguns deles incluem cláusulas específicas de covenants, as quais se encontram descritas no item 2.1.g acima.

Para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 todos os covenants financeiros previstos nos contratos se encontravam atendidos.

Além disso, certos contratos de empréstimos e financiamentos apresentam restrições e obrigações não financeiras adicionais, como, por exemplo, as abaixo destacadas, as quais nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 se encontravam atendidas, quais sejam:

- a. obrigação de apresentar aos credores demonstrações financeiras periodicamente;
- b. direito dos credores de proceder a inspeções e visitas das suas instalações;
- c. obrigação de manter-se em dia em relação a obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas;
- d. obrigação de manter em vigor contratos materialmente relevantes para as suas operações;
- e. respeitar a legislação ambiental e manter em vigor as licenças necessárias para as suas operações;
- f. obrigação de realização de aportes de recursos pela Companhia em suas subsidiárias;
- g. constituição de contas reserva (para pagamento de serviço da dívida e/ou de *overhaul*) e manutenção de montantes mínimos em tais contas;
- h. restrições contratuais quanto a operações com partes relacionadas e alienações de ativos fora do curso normal de negócios;
- i. restrições quanto à mudança de controle, reestruturações societárias e alteração material no objeto social e nos atos constitutivos dos devedores; e
- j. limites de endividamento e para a contratação de novas dívidas

### **g. limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados**

Para o contrato com BNDES nº 20.2.0473.1, celebrado em 30 de março de 2021 para financiamento do plano de investimentos de 2021 a 2023, foram contratados R\$ 1.361 milhões no qual já foram 100% utilizados.

Para os demais empréstimos contratados, as linhas de crédito aprovadas já foram utilizadas pela Equatorial Pará.

### **h. alterações significativas em cada itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa**



## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### BALANÇOS PATRIMONIAIS

*Comparação das Principais Contas Patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021*

Em milhares de R\$, exceto %	2022	%AV	2021	%AV	%AH
<b>Ativo Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	220.828	2%	173.988	1%	27%
Aplicações financeiras	1.461.164	11%	1.380.238	11%	6%
Contas a receber de clientes	1.784.284	14%	1.696.392	14%	5%
Almoxarifado	71.019	1%	94.819	1%	-25%
Serviços pedidos	170.107	1%	220.938	2%	-23%
Aquisição de combustível – conta CCC	72.882	1%	63.197	1%	15%
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	-	0%	65.682	1%	-100%
Instrumentos financeiros derivativos	88.965	1%	164.999	1%	-46%
Impostos e contribuições a recuperar	93.502	1%	386.999	3%	-76%
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	131.778	1%	100.457	1%	31%
Partes relacionadas – mútuos	-	0%	135.237	1%	-100%
Outros créditos a receber	328.026	3%	275.600	2%	19%
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>4.422.555</b>	<b>35%</b>	<b>4.758.546</b>	<b>39%</b>	<b>-7%</b>
<b>Não circulante</b>					
Aplicações financeiras	13.981	0%	25.411	0%	-45%
Contas a receber de clientes	246.765	2%	322.647	3%	-24%
Sub-rogação da CCC – valores aplicados	85.120	1%	85.120	1%	0%
Serviços pedidos	13.958	0%	5.713	0%	144%
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	61.921	0%	91.184	1%	-32%
Instrumentos financeiros derivativos	-	0%	107.017	1%	-100%
Impostos e contribuições a recuperar	164.547	1%	88.003	1%	87%
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	49.690	0%	49.690	0%	0%
Depósitos judiciais	100.972	1%	85.797	1%	18%
Plano de aposentadoria e pensão	7.911	0%	7.187	0%	10%
Outros créditos a receber	1.916	0%	2.105	0%	-9%
Ativo financeiro da concessão	5.195.393	41%	4.189.879	35%	24%
Investimentos	11.009	0%	32.239	0%	-66%
Intangível	1.551.245	12%	1.595.322	13%	-3%
Ativos de contrato	849.215	7%	668.193	6%	27%
Direito de uso	14.340	0%	16.691	0%	-14%
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>8.367.983</b>	<b>65%</b>	<b>7.372.198</b>	<b>61%</b>	<b>14%</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>12.790.538</b>	<b>100%</b>	<b>12.130.744</b>	<b>100%</b>	<b>5%</b>
<b>Passivo Circulante</b>					
Fornecedores	999.203	8%	1.090.256	9%	-8%
Empréstimos e financiamentos	569.787	4%	767.272	6%	-26%
Debêntures	199.033	2%	52.871	0%	276%
Valores a pagar de acordos com plano de recuperação judicial	52.923	0%	43.686	0%	21%
Passivo de arrendamento	2.872	0%	2.505	0%	15%
Impostos e contribuições a recolher	189.798	1%	206.427	2%	-8%
Impostos e contribuições sobre lucro a recolher	69.396	1%	43.531	0%	59%
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	19.162	0%	21.735	0%	-12%
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	169.408	1%	-	0%	100%
Contribuição de iluminação pública	37.156	0%	24.313	0%	53%

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Encargos setoriais	99.897	1%	99.922	1%	0%
Participação nos lucros	43.151	0%	43.100	0%	0%
Dividendos a pagar	277.586	2%	204.071	2%	36%
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	233.218	2%	369.478	3%	-37%
Plano de aposentadoria e pensão	862	0%	-	0%	100%
Provisão para riscos judiciais	8.297	0%	21.485	0%	-61%
Outras contas a pagar	287.453	2%	297.115	2%	-3%
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>3.259.202</b>	<b>25%</b>	<b>3.287.767</b>	<b>27%</b>	<b>-1%</b>
<b>Não circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	3.430.039	27%	2.100.412	17%	63%
Debêntures	1.382.776	11%	1.199.231	10%	15%
Valores a pagar de acordos com plano de recuperação judicial	1.027.434	8%	1.008.514	8%	2%
Passivo de arrendamento	13.559	0%	15.942	0%	-15%
Impostos e contribuições a recolher	92.198	1%	102.032	1%	-10%
Instrumentos financeiros derivativos	47.724	0%	-	0%	100%
Encargos setoriais	17.333	0%	12.712	0%	36%
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	-	0%	343.408	3%	-100%
Provisão para riscos judiciais	130.178	1%	119.838	1%	9%
Plano de aposentadoria e pensão	63.329	0%	52.375	0%	21%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	410.085	3%	497.385	4%	-18%
Outras contas a pagar	26.607	0%	31.213	0%	-15%
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>6.641.262</b>	<b>52%</b>	<b>5.483.062</b>	<b>45%</b>	<b>21%</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	1.624.459	13%	1.624.459	13%	0%
Reserva de capital	28.343	0%	21.959	0%	29%
Reserva de reavaliação	60.828	0%	67.939	1%	-10%
Reservas de lucros	1.189.057	9%	1.649.606	14%	-28%
Ajuste de avaliação patrimonial	(12.613)	0%	(4.048)	0%	212%
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>2.890.074</b>	<b>23%</b>	<b>3.359.915</b>	<b>13%</b>	<b>0%</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>12.790.538</b>	<b>100%</b>	<b>12.130.744</b>	<b>100%</b>	<b>5%</b>

### Ativo Circulante

O ativo circulante atingiu o montante de R\$ 4.423 milhões em 31 de dezembro de 2022 com uma redução de 7% ao valor atingido de R\$ 4.758 milhões em 31 de dezembro de 2021. Os Diretores da Companhia entendem que esta variação ocorreu, principalmente por:

#### Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro 2021 eram de R\$ 1.682 milhões e R\$ 1.554 milhões, respectivamente. O aumento de 8% foi ocasionada principalmente pelo aumento de alocação de investimento em operações compromissadas, títulos públicos e depósitos a prazo e outros títulos de instrumentos financeiros.

#### Instrumentos financeiros derivativos

A variação em instrumentos financeiros derivativos apresentou uma redução de 46%, saindo de R\$ 165 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 89 milhões em 31 de dezembro de 2022. A variação refere-se ao recebimento e liquidação de operações de instrumentos financeiros. No período findo de 31 de dezembro de 2021 a variação cambial gerou despesa em 2022 com diminuição do dólar em 6,5%, saindo de R\$ 5,58 em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 5,21.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### Outros créditos a receber

A variação em outros créditos a receber, que apresentou um aumento de 19% saindo de R\$ 276 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 328 milhões em 31 de dezembro de 2022, ocorreu principalmente devido ao aumento de adiantamentos à fornecedores.

### **Ativo não circulante**

O ativo não circulante atingiu o montante de R\$ 8.368 milhões em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de 14% em relação ao valor informado em 31 de dezembro de 2021, de R\$ 7.372 milhões. Os Diretores da Companhia entendem que esta variação ocorreu, principalmente por:

#### Instrumentos Financeiros Derivativos

A variação em instrumentos financeiros derivativos apresentou uma redução de 100%, saindo de R\$ 107 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 0 em 31 de dezembro de 2022. [A variação refere-se principalmente, ao recebimento dos derivativos decorrentes de operações passadas. No período findo de 31 de dezembro de 2021 a variação cambial gerou despesa em 2022 com diminuição do dólar em 6,5%, saindo de R\$ 5,58 em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 5,21

#### Impostos e contribuições a recuperar

Aumento de 87% de impostos e contribuições a recuperar, saindo de R\$ 88 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 165 milhões em 31 de dezembro de 2022, referente a créditos de ICMS sobre aquisição de materiais destinados ao ativo operacional.

#### Ativo financeiro da concessão

Aumento de 24% do ativo financeiro da concessão, saindo de R\$ 4.190 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 5.195 milhões em 31 de dezembro de 2022, é devido ao aumento das transferências dos ativos de contrato para o ativo financeiro da concessão, em decorrência do aumento da execução das obras, refletido também no aumento na rubrica de ativos contratuais.

#### Intangível e ativos contratuais

Aumento de 6% nos saldos ativo intangível e ativos contratuais, que somados representam R\$ 2.264 bilhões em 31 de dezembro de 2021 e R\$ 2.400 milhões em 31 de dezembro de 2022, em decorrência principalmente das adições brutas de ativo contratual reconhecidas no exercício, oriundas da realização de algumas obras que estavam programadas para 2021, mas foram realizadas em 2022.

### **Passivo circulante**

O passivo circulante atingiu o montante de R\$ 3.259 milhões em 31 de dezembro de 2022, com uma redução de 1% em relação ao montante de R\$ 3.288 milhões em 31 de dezembro de 2021. Os diretores da Companhia entendem que esta variação ocorreu, principalmente, pelos seguintes fatores:

#### Fornecedores

Houve uma redução de 8% na rubrica de fornecedores, saindo de R\$ 1.090 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 999 milhões em 31 de dezembro de 2022. Variação decorrente, principalmente, da diminuição de compra de energia elétrica.

#### Empréstimos e financiamentos

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Houve uma redução no exercício, partindo de R\$ 767 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 570 milhões em 31 de dezembro de 2022. Essa redução é derivado principalmente em decorrência da liquidação de empréstimos com vencimentos durante o exercício.

### Debêntures

A variação em debêntures, apresentou um aumento de 276% saindo de R\$ 53 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 199 milhões em 31 de dezembro de 2022. Esse aumento é derivado principalmente da emissão de novas debêntures durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

### Dividendos a pagar

O saldo de dividendos a pagar passou de R\$ 204 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 278 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de 36%. Esta variação refere-se ao valor de dividendos mínimos obrigatórios constituídos no exercício, no montante de R\$ 276 milhões, decorrente de um aumento no lucro líquido da Companhia de 52% em relação ao exercício anterior.

### Impostos e contribuições a recolher

Houve uma redução de 8% em impostos e contribuições a recolher partindo de R\$ 206 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 190 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. A variação se refere a exclusão do ICMS na base de PIS e COFINS .

### **Passivo não circulante**

O Passivo não circulante atingiu o montante de R\$ 6.641 milhões em 31 de dezembro de 2022, com um aumento de 21% em relação ao montante de R\$ 5.483 milhões em 31 de dezembro de 2021. Os diretores da Companhia entendem que esta variação ocorreu, principalmente, pelos seguintes fatores:

### Empréstimos e financiamentos

Houve um aumento de 63% no exercício, partindo de R\$ 2.100 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 3.430 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Esse aumento é derivado principalmente em decorrência dos ingressos dos contratos com: (i) o BNDES, no montante de R\$ 745 milhões, a títulos de investimento; e (ii) o Scotiabank, no montante de R\$ 1.074 milhões, a título de capital de giro.

### PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, em 31 de março de 2020, a Companhia constituiu: (i) ativo referente a PIS/COFINS a recuperar de R\$ 935 milhões e (ii) passivo de R\$ 935 milhões relativo ao ressarcimento a seus consumidores. O ativo contempla créditos com a receita federal desde o ingresso com a ação, e o passivo foi constituído considerando que a Companhia repassa aos seus consumidores os efeitos tributários incidentes sobre as faturas de energia elétrica dos últimos 10 anos, consoante disposições do Código Civil Brasileiro.

Através da Resolução Homologatória nº 2.920, de 03 de agosto de 2021, a ANEEL homologou R\$ 623 decorrente do diferimento de componente financeiro associado à recuperação de créditos de PIS/COFINS, nas novas tarifas que entraram em vigor no dia 07 de agosto de 2021 e vigentes até 06 de agosto de 2022.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia compensou créditos habilitados

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

perante a Receita Federal no montante de R\$ 322 milhões (atualizado até 30 de setembro de 2022, data em que o crédito foi integralmente compensado), com os tributos federais através de PER/DCOMP.

*Comparação das Principais Contas Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020*

Em milhares de R\$, exceto %	2021	%AV	2020	%AV	%AH
<b>Ativo Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	173.988	1%	957.597	8%	-82%
Aplicações financeiras	1.380.238	11%	1.496.268	12%	-8%
Contas a receber de clientes	1.696.392	14%	1.513.118	12%	12%
Almoxarifado	94.819	1%	17.008	0%	457%
Serviços pedidos	220.938	2%	217.578	2%	2%
Aquisição de combustível – conta CCC	63.197	1%	29.855	0%	112%
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	65.682	1%	-	0%	100%
Instrumentos financeiros derivativos	164.999	1%	100.448	1%	64%
Impostos e contribuições a recuperar	386.999	3%	419.732	3%	-8%
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	100.457	1%	75.424	1%	33%
Partes relacionadas – mútuos	135.237	1%	-	0%	100%
Outros créditos a receber	275.600	2%	143.035	1%	93%
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>4.758.546</b>	<b>39%</b>	<b>4.970.063</b>	<b>41%</b>	<b>-4%</b>
<b>Não circulante</b>					
Aplicações financeiras	25.411	0%	24.471	0%	4%
Contas a receber de clientes	322.647	3%	348.444	3%	-7%
Sub-rogação da CCC – valores aplicados	85.120	1%	85.120	1%	0%
Serviços pedidos	5.713	0%	572	0%	899%
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	91.184	1%	-	0%	100%
Instrumentos financeiros derivativos	107.017	1%	213.533	2%	-50%
Impostos e contribuições a recuperar	88.003	1%	444.640	4%	-80%
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	49.690	0%	49.520	0%	0%
Depósitos judiciais	85.797	1%	71.208	1%	20%
Plano de aposentadoria e pensão	7.187	0%	5.840	0%	23%
Outros créditos a receber	2.105	0%	270.184	2%	-99%
Ativo financeiro da concessão	4.189.879	35%	3.613.371	30%	16%
Investimentos	32.239	0%	13.938	0%	131%
Intangível	1.595.322	13%	1.973.425	16%	-19%
Ativos de contrato	668.193	6%	134.781	1%	396%
Direito de uso	16.691	0%	22.157	0%	-25%
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>7.372.198</b>	<b>61%</b>	<b>7.271.204</b>	<b>60%</b>	<b>1%</b>

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

<b>Total do ativo</b>	<b>12.130.744</b>	<b>100%</b>	<b>12.241.267</b>	<b>100%</b>	<b>-1%</b>
<b>Passivo Circulante</b>					
Fornecedores	1.090.256	9%	750.901	6%	45%
Empréstimos e financiamentos	767.272	6%	779.981	6%	-2%
Debêntures	52.871	0%	240.462	2%	-78%
Valores a pagar de acordos com plano de recuperação judicial	43.686	0%	30.652	0%	43%
Passivo de arrendamento	2.505	0%	7.132	0%	-65%
Impostos e contribuições a recolher	206.427	2%	152.601	1%	35%
Impostos e contribuições sobre lucro a recolher	43.531	0%	36.183	0%	20%
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	21.735	0%	15.794	0%	38%
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	-	0%	80.984	1%	-100%
Contribuição de iluminação pública	24.313	0%	28.820	0%	-16%
Encargos setoriais	99.922	1%	123.194	1%	-19%
Participação nos lucros	43.100	0%	37.924	0%	14%
Dividendos a pagar	204.071	2%	66.559	1%	207%
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	369.478	3%	-	0%	#DIV/0!
Provisões para riscos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	21.485	0%	5.533	0%	288%
Outras contas a pagar	297.115	2%	178.810	1%	66%
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>3.287.767</b>	<b>27%</b>	<b>2.535.530</b>	<b>21%</b>	<b>30%</b>
<b>Não circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	2.100.412	17%	1.976.662	16%	6%
Debêntures	1.199.231	10%	1.209.270	10%	-1%
Valores a pagar de acordos com plano de recuperação judicial	1.008.514	8%	940.279	8%	7%
Passivo de arrendamento	15.942	0%	14.558	0%	10%
Impostos e contribuições a recolher	102.032	1%	171.306	1%	-40%
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	-	0%	170.307	1%	-100%
Encargos setoriais	12.712	0%	333.903	3%	-96%
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	343.408	3%	948.552	8%	-64%
Provisões para riscos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	119.838	1%	123.479	1%	-3%
Plano de aposentadoria e pensão	52.375	0%	41.435	0%	26%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	497.385	4%	372.621	3%	33%
Outras contas a pagar	31.213	0%	30.187	0%	3%
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>5.483.062</b>	<b>45%</b>	<b>6.332.559</b>	<b>52%</b>	<b>-13%</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	1.624.459	13%	1.624.459	13%	0%

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Reserva de capital	21.959	0%	15.025	0%	46%
Reserva de reavaliação	67.939	1%	81.269	1%	-16%
Reservas de lucros	1.649.606	14%	1.653.711	14%	0%
Ajuste de avaliação patrimonial	(4.048)	0%	(1.286)	0%	-215%
Lucros retidos	-	0%	-	0%	0%!
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>3.359.915</b>	<b>28%</b>	<b>3.373.178</b>	<b>28%</b>	<b>0%</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>12.130.744</b>	<b>100%</b>	<b>12.241.267</b>	<b>100%</b>	<b>-1%</b>

### Ativo Circulante

O ativo circulante atingiu o montante de R\$ 4.758 milhões em 31 de dezembro de 2021, com uma redução de 4% ao valor atingido de R\$4.970 milhões em 31 de dezembro de 2020. Os Diretores da Companhia entendem que esta variação ocorreu, principalmente por:

#### Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro 2020 eram de R\$1.536 milhões e R\$2.440 milhões, respectivamente. A redução de 63% foi ocasionada principalmente pelo: (i) caixa líquido gerado nas atividades operacionais no montante de R\$1.453 milhões, devido a arrecadação, (ii) pelo caixa consumido pelo Capex no montante de R\$817 milhões; (iii) pelo caixa utilizado nas atividades financiamento no montante de R\$ 621 milhões; e (iv) pelo caixa consumido pelo pagamento de dividendos no montante de R\$ 905 milhões.

#### Instrumentos financeiros derivativos

A variação em instrumentos financeiros derivativos apresentou um aumento de 64%, saindo de R\$ 100 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 165 milhões em 31 de dezembro de 2021. A variação refere-se à contratação de operações de SWAP, que trocam Dólar+Spread por CDI+Spread, ou seja, o câmbio sobre essas operações. No período findo de 31 de dezembro de 2021 a variação cambial gerou despesa em 2021 com crescimento do dólar em 7,39%, saindo de R\$ 5,19 em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 5,58 em 31 de dezembro de 2021, contra uma despesa superior em 2020 com o aumento do dólar em 28,9%, saindo de R\$ 4,03 em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 5,19 em 31 de dezembro de 2020. O principal efeito foi a transferência do saldo contrato com o Citibank de USD 140 milhões para o circulante em 2021, que em 2020 estava com 60% do saldo no longo prazo. Este contrato tem o vencimento em 05 de julho 2022.

#### Outros créditos a receber

A variação em outros créditos a receber, que apresentou um aumento de 93% saindo de R\$ 143 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 276 milhões em 31 de dezembro de 2021, ocorreu principalmente devido a variação de desconto tarifário homologado pela ANEEL no processo tarifário do ano anterior e o realizado no ano vigente, este que será realizado no próximo reajuste (setembro 2022).

### Ativo não circulante

O ativo não circulante atingiu o montante de R\$ 7.372 milhões em 31 de dezembro de 2021, com um aumento de 1% ao valor informado em 31 de dezembro de 2020, de R\$ 7.271 milhões. Os Diretores da Companhia entendem que esta variação ocorreu, principalmente por:

#### Instrumentos Financeiros Derivativos

A variação em instrumentos financeiros derivativos apresentou uma redução de 50%, saindo de R\$

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

213 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 107 milhões em 31 de dezembro de 2021. A variação refere-se principalmente, à contratação de operações de SWAP, que trocam Dólar+spread por CDI+spread, ou seja, o câmbio sobre essas operações. No período findo de 31 de dezembro de 2021 a variação cambial gerou despesa em 2021 com crescimento do dólar em 7,39%, saindo de R\$ 5,19 em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 5,58 em 31 de dezembro de 2021, contra uma despesa superior em 2020 com o aumento do dólar em 28,9%, saindo de R\$ 4,03 em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 5,19 em 31 de dezembro de 2020. O principal efeito foi a transferência do saldo de um contrato com o Citibank de USD 140 milhões para o circulante em 2021, que em 2020 estava com 60% do saldo no longo prazo. Este contrato tem o vencimento em 05 de julho 2022.

### Impostos e contribuições a recuperar

Redução de 80% de impostos e contribuições a recuperar, saindo de R\$ 445 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 88 milhões em 31 de dezembro de 2021, devido a homologação do processo de revisão tarifária pela ANEEL em agosto de 2021, houve a reclassificação do saldo do não circulante para o circulante no montante de R\$ 624 milhões, do qual R\$ 254 milhões foram transferidos para a Parcela A (restituição dos créditos via tarifa).

### Ativo financeiro da concessão

Aumento de 16% do ativo financeiro da concessão, saindo de R\$ 3.613 em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 4.190 milhões em 31 de dezembro de 2021, é devido ao crescimento da energização de bens que estavam na rubrica de ativo de contrato, além da atualização cujo índice de inflação adotado (IPCA) acumulou variação positiva no período comparativo.

### Intangível e ativos contratuais

Aumento de 377% nos saldos ativo intangível e ativos contratuais, que somados representam R\$ 2.108 bilhões em 31 de dezembro de 2020 e R\$ 2.264 bilhões em 31 de dezembro de 2021, em decorrência principalmente da transferência do ativo de contrato para o ativo intangível bifurcado. Devido ao crescimento da capitalização, a depreciação e amortização seguem a mesma tendência, tendo assim um impacto credor na rubrica. A diminuição do saldo também está associada ao grande volume de baixas incorridas no período. Os investimentos da Equatorial Pará, totalizaram R\$ 1.141 bilhões em 2021. Tais investimentos são principalmente focados em melhorias e expansão da capacidade de transformação da rede de distribuição, tendo em vista o contínuo crescimento na demanda de energia do Estado do Pará. A adição de obrigações especiais refere-se principalmente a liberação do Programa Mais Luz para Amazônia, FDD e CDE. Ainda no ano de 2021, foram capitalizados R\$ 578 milhões reais, cujos saldos são transferidos para o ativo intangível e ativo financeiro.

### **Passivo circulante**

O passivo circulante atingiu o montante de R\$3.288 milhões em 31 de dezembro de 2021, com um aumento de 30% em relação ao montante em 31 de dezembro de 2020, de R\$2.535 milhões. Os diretores da Companhia entendem que esta variação ocorreu, principalmente, pelos seguintes fatores:

### Fornecedores

Houve um aumento de 45% na rubrica de fornecedores, saindo de R\$ 751 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 1.090 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Variação decorrente, principalmente, dos custos de operações com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE referentes ao efeito disponibilidade, efeito da contratação de cotas de garantia. O aumento também foi acentuado pelo aumento do valor do PLD, que resulta em custos elevador a serem repassados às distribuidoras para atendimento do mercado e com fornecedores de materiais



## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

e serviços, relacionados aos investimentos na infraestrutura da concessão que a Companhia realiza no decorrer do exercício

### Empréstimos e financiamentos

Houve uma redução no exercício, partindo de R\$ 780 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 767 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Essa redução é derivado principalmente das transferências do longo prazo para o curto prazo dos empréstimos do Citibank R\$ 382 milhões, BNDES R\$ 179 milhões e Santander R\$ 200 milhões e das amortizações ordinárias dos contratos com o Citibank de R\$ 395 milhões, BNDES de R\$ 183 milhões e Santander no valor de R\$ 200 milhões.

### Debêntures

A variação em debêntures, apresentou uma redução de 78% saindo de R\$ 240 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 53 milhões em 31 de dezembro de 2021. Essa redução é derivado principalmente das transferências do longo prazo para o curto prazo da 3ª Emissão de Debêntures 1ª série de R\$ 253 milhões, que foi liquidada em 15 de dezembro de 2021.

### Dividendos a pagar

O saldo de dividendos a pagar passou de R\$ 66 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$204 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de 207%. A movimentação ocorrida no exercício foi a seguinte: (i) R\$ 203 milhões relativo ao dividendo mínimo obrigatório; (ii) R\$ 610 milhões a título de dividendos adicionais, com base no lucro líquido do exercício; e (iii) R\$ 158 milhões a título de dividendos adicionais, à conta das reservas de lucros da Companhia. Ou seja, ao todo foram declarados dividendos no valor total de R\$ 971 milhões, dos quais R\$ 570 milhões foram declarados a título de dividendos intercalares e 115 milhões a título de dividendos intermediários, pelo Conselho de Administração, antes do encerramento do exercício.

### Impostos e contribuições a recolher

Houve redução de 38% em impostos e contribuições a recolher partindo de R\$247 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 153 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. A variação se refere a exclusão do ICMS na base de PIS e COFINS.

### **Passivo não circulante**

O Passivo circulante atingiu o montante de R\$5.483 milhões em 31 de dezembro de 2021, com uma redução de 13% em relação ao montante em 31 de dezembro de 2020, de R\$6.333 milhões. Os diretores da Companhia entendem que esta variação ocorreu, principalmente, pelos seguintes fatores:

### Empréstimos e financiamentos

Houve aumento de 6% no exercício, partindo de R\$ 1.977 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 2.100 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento é derivado principalmente dos ingressos dos contratos com o BNDES de R\$ 686 milhões em 2021, que são atualizados pelo IPCA, que em 2020 estava em 4,52% e em 2021 fechou em 10,06%. Em contrapartida, houve as transferências do longo prazo para o curto prazo dos empréstimos do Citibank R\$ 382 milhões, BNDES R\$ 179 milhões e Santander R\$ 200 milhões.

### Encargos setoriais

Houve redução de 96% no exercício, saindo de R\$ 334 milhões em 31 de dezembro de 2020 para

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

R\$ 12 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. A Companhia estava passando pelo processo 48500.004790/2016-63, de fiscalização dos reembolsos recebidos da CCC de julho de 2009 a abril de 2017. Em 23 de agosto de 2021, através da publicação do Despacho Aneel nº 2.560, foi definida a devolução dos valores de reembolso pagos à maior no período fiscalizado. O valor provisionado para este fim era de R\$ 283 milhões e, no dia 09 de setembro de 2021, foi efetuado o pagamento de R\$ 248 milhões conforme determinado no processo. O saldo residual após o pagamento foi baixado no resultado do exercício, sendo R\$ 24 milhões em contrapartida do custo de operação (Subvenção CCC) e R\$ 10 milhões em contrapartida de outras receitas financeiras.

### PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, em 31 de março de 2020, a Companhia constituiu: (i) ativo referente a PIS/COFINS a recuperar de R\$ 935 milhões e (ii) passivo de R\$ 935 milhões relativo ao ressarcimento a seus consumidores. O ativo contempla créditos com a receita federal desde o ingresso com a ação, e o passivo foi constituído considerando que a Companhia repassa aos seus consumidores os efeitos tributários incidentes sobre as faturas de energia elétrica dos últimos 10 anos, consoante disposições do Código Civil Brasileiro.

Através da Resolução Homologatória nº 2.920, de 03 de agosto de 2021, a ANEEL homologou R\$ 623 decorrente do diferimento de componente financeiro associado à recuperação de créditos de PIS/COFINS, nas novas tarifas que entraram em vigor no dia 07 de agosto de 2021 e vigentes até 06 de agosto de 2022.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia efetuou atualização do valor pela taxa SELIC, constituindo um complemento de ativo e passivo no montante de R\$ 18 (R\$ 13 no exercício de 2020).

No exercício de 2021, a Companhia compensou créditos habilitados perante a Receita Federal no montante de R\$ 444 (R\$ 210 no exercício de 2020), com os tributos federais de imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS e retenção federais através de PER/DCOMP.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

*Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021*

Em milhares de R\$, exceto %	2022	%AV	2021	%AV	%AH
<b>Receita operacional líquida</b>	8.513.222	100%	8.119.519	100%	5%
Custos de energia elétrica, construção e operação	(5.588.277)	-66%	(5.779.585)	-71%	-3%
Energia elétrica comprada para revenda	(3.118.443)	-37%	(4.062.890)	-50%	-23%
Custo de construção	(1.836.399)	-22%	(1.141.344)	-14%	61%
Custo de operação	(633.435)	-7%	(575.351)	-7%	10%
<b>Lucro bruto</b>	2.924.945	34%	2.339.934	29%	25%
<b>Despesas Operacionais</b>					
Despesas com vendas	(200.564)	-2%	(185.677)	-2%	8%
Perdas esperada por redução ao valor recuperável	(95.999)	-1%	(162.507)	-2%	-41%
Despesa gerais e administrativas	(261.035)	-3%	(259.410)	-3%	1%
Outras despesas operacionais, líquidas	(348.737)	-4%	(86.399)	-1%	304%
<b>Total de despesas operacionais</b>	(906.335)	-11%	(693.993)	-9%	31%
<b>Resultado antes do resultado financeiro líquido e impostos sobre lucro</b>	2.018.610	24%	1.645.941	20%	23%
Receitas financeiras	850.279	10%	576.265	7%	48%
Despesas financeiras	(1.133.181)	-13%	(923.045)	-11%	23%
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	(282.902)	-3%	(346.780)	-4%	-18%
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	1.735.708	20%	1.299.161	16%	34%
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(266.609)	-3%	(148.852)	-2%	79%
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	87.300	1%	(124.764)	-2%	-170%
<b>Provisões de impostos sobre o lucro</b>	(179.309)	-2%	(273.616)	-4%	-34%
<b>Lucro líquido do período</b>	1.556.399	18%	1.025.545	13%	52%

#### Receita operacional líquida

A receita operacional líquida teve um aumento de 5%, passando de R\$ 8.120 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 8.513 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. De acordo com os Diretores da Companhia, essa variação foi decorrente principalmente do aumento da receita de construção, oriundo do crescimento de investimentos, através recebimento de materiais e liberação de equipes para execução das obras.

#### Custos de energia elétrica, construção e operação

O custo com energia elétrica comprada para revenda teve uma redução de 3% no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 se comparado a 31 de dezembro de 2021. Tal variação se deu principalmente em virtude da atual situação hídrica do país favorável, fazendo com que as despesas com a parcela variável dos contratos de leilões reduzam, em contrapartida o preço médio de aquisição de energia reduziu em 10,9% passando para 194,89 R\$/MWh.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### Despesas com vendas

As despesas com vendas aumentaram em 8% no exercício, passando de R\$ 186 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 201 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. De acordo com os Diretores da Companhia, as variações ocorreram principalmente em decorrência da contratação de serviços de terceiros.

### Outras despesas operacionais, líquidas.

A variação em outras despesas operacionais líquidas, aumentaram 304% no exercício, passando de R\$ 86 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 349 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. De acordo com os Diretores da Companhia, as variações ocorreram devido ao reconhecimento de provisão para perda de estoque, no montante de R\$ 113 milhões e ao aumento da perda de desativação de bens e direitos.

### Resultado financeiro

A despesa financeira líquida da Companhia passou de R\$ 347 milhões no exercício findo em 2021 para R\$ 283 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, representando uma redução de 18% na despesa financeira, originada principalmente pela queda do IPCA, indexador com 43,2% de participação na dívida e a contratação de operações de swap.

### Provisão de imposto sobre o lucro

Em razão dos fatores mencionados acima, provisão de imposto de renda e da contribuição social da Companhia passou de R\$ 274 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 179 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, representando uma redução de 34%. Segundo os Diretores da Companhia, tal diminuição deveu-se principalmente ao valor de impostos diferidos.

### Lucro líquido do exercício

Em razão dos fatores mencionados acima, o lucro líquido do período da Companhia passou de R\$ 719 milhões no exercício findo em 2020 para R\$ 1.025 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de 43%.

### Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de R\$, exceto %	2021	%AV	2020	%AV	%AH
<b>Receita operacional líquida</b>	8.119.519	100%	5.874.849	100%	38%
Custos de energia elétrica, construção e operação	(4.062.890)	-50%	(2.791.240)	-48%	46%
Energia elétrica comprada para revenda	(1.141.344)	-14%	(680.752)	-12%	68%
Custo de construção	(575.351)	-7%	(625.114)	-11%	-8%
Custo de operação	(5.779.585)	-71%	(4.097.106)	-70%	41%
<b>Lucro bruto</b>	2.339.934	29%	1.777.743	30%	32%
<b>Despesas Operacionais</b>					
Despesas com vendas	(185.677)	-2%	(95.866)	-2%	94%
Perdas esperada por redução ao valor recuperável	(259.410)	-3%	(262.514)	-4%	-1%
Despesa gerais e administrativas	(162.507)	-2%	(212.097)	-4%	-23%

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Outras despesas operacionais, líquidas	(86.399)	-1%	(38.400)	-1%	125%
<b>Total de despesas operacionais</b>	<b>(693.993)</b>	<b>-9%</b>	<b>(608.877)</b>	<b>-10%</b>	<b>14%</b>
<b>Resultado antes do resultado financeiro líquido e impostos sobre lucro</b>	<b>1.645.941</b>	<b>20%</b>	<b>1.168.866</b>	<b>20%</b>	<b>41%</b>
Receitas financeiras	576.265	7%	508.754	9%	13%
Despesas financeiras	(923.045)	-11%	(712.822)	-12%	29%
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>(346.780)</b>	<b>-4%</b>	<b>(204.068)</b>	<b>-3%</b>	<b>70%</b>
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>1.299.161</b>	<b>16%</b>	<b>964.798</b>	<b>16%</b>	<b>35%</b>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(148.852)	-2%	(58.427)	-1%	155%
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(124.764)	-2%	(187.827)	-3%	-34%
<b>Provisões de impostos sobre o lucro</b>	<b>(273.616)</b>	<b>-3%</b>	<b>(246.254)</b>	<b>-4%</b>	<b>11%</b>
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>1.025.545</b>	<b>13%</b>	<b>718.544</b>	<b>12%</b>	<b>43%</b>

### Receita operacional líquida

A receita operacional líquida aumentou 38%, de R\$ 5.875 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 8.120 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. De acordo com os Diretores da Companhia, essa variação foi decorrente principalmente de: (i) reconhecimento na tarifa dos recursos recebidos a título de repasse da Conta-Covid no montante de R\$ 143 milhões; (ii) previsão dos custos de energia e encargos concedido pela ANEEL, no reajuste ou revisão, ter sido inferior aos custos efetivamente pagos, gerando uma receita de constituição de Parcela A superior em R\$ 662 milhões, ao ocorrido para esse mesmo período em 2020; (iii) aumento do volume de energia negociado no mercado de curto prazo, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia negociou 638.070 MWh (291.007 MWh no exercício findo em 31 de dezembro de 2020); (iv) o número de obras encerradas impactou consideravelmente o saldo a ser transferido / bifurcado para o ativo financeiro e sua consequente atualização cujo índice de inflação adotado (IPCA) acumulou variação positiva no período comparativo.

### Custos de energia elétrica, construção e operação

O custo com energia elétrica comprada para revenda teve um aumento de 41% no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 se comparado a 31 de dezembro de 2020. Em decorrência principalmente da Covid-19, houve impacto no recebimento de materiais e liberação de equipes para execução das obras, o que ocasionou uma redução na realização de algumas obras orçadas para o exercício de 2020, as quais foram reprogramadas para o exercício de 2021, gerando com isso maiores investimentos em relação ao exercício comparativo. A variação refere-se aos custos com contratos (CCEAR-Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente regulado, MCSD - Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits) decorrentes de preços de pagamentos superiores aos observados em 2020 em virtude da atualização da atualização das tarifas dos contratos, bem como a atual situação hídrica do país, que ocasionou a necessidade de acionamento térmico de usina com preços de geração elevado, com isso o preço médio de aquisição de energia aumentou em 4,4% passando para 218,68 R\$/MWh;

### Despesas com vendas

As despesas com vendas aumentaram 94% no exercício, passando de R\$96 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 186 milhões no exercício findo encerrado em 31 de dezembro de 2021. De acordo com os Diretores da Companhia, no exercício de 2021 as variações

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

ocorreram principalmente, em virtude do aumento de serviços de terceiros, na intensificação das atividades da área de cobrança e nos reajustes dos valores de equipes.

### **Outras despesas operacionais, líquidas.**

A variação em outras despesas operacionais, líquidas, aumentaram 56% no exercício, passando de R\$38 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 86 milhões no exercício findo encerrado em 31 de dezembro de 2021. De acordo com os Diretores da Companhia, no exercício de 2021 as variações ocorreram devido ao aumento das perdas na desativação de bens e na alienação.

### **Resultado financeiro**

A despesa financeira líquida da Companhia passou de R\$ 204 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 347 milhões em 2021, representando um aumento de 70% na despesa financeira, em virtude principalmente da variação cambial, que gerou despesa com crescimento do dólar em 7,39%, saindo de R\$ 5,19 em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 5,58 em 31 de dezembro de 2021 e devido às altas do IPCA, indexador com 41,4% de participação na dívida da Companhia, que passou de 4,52% em 2020 para 10,06% em 2021.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### Provisão de imposto sobre o lucro

Em razão dos fatores mencionados acima, provisão de imposto de renda e da contribuição social da Companhia passou de R\$ 246 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 274 milhões em 2020, representando um aumento de 11%. Segundo os Diretores da Companhia, tal aumento deveu-se principalmente ao aumento do lucro tributável da companhia.

### Lucro líquido do exercício

Em razão dos fatores mencionados acima, o lucro líquido do período da Companhia passou de R\$718 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$1.025 milhões em 2021, representando um aumento de 43%.

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Em milhares de R\$, exceto %	2022	2021	%AH
<b>Lucro líquido do exercício</b>	1.556.399	1.025.545	52%
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais	853.100	(206.155)	-514%
Aumento (redução) dos ativos e passivos operacionais	(361.547)	481.026	-175%
Fluxo de caixa das atividades operacionais	1.701.925	1.065.291	60%
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(1.324.330)	(786.904)	68%
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(330.755)	(1.061.996)	-69%
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	46.840	(783.609)	-106%
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	173.988	957.597	-82%
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	220.828	173.988	27%
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	46.840	(783.609)	-106%

Em análise aos saldos do exercício de 2022 em comparação com 2021, a variação na linha de ajustes para conciliar o lucro do exercício, ocorreu principalmente: (i) redução dos ativos operacionais decorrentes, principalmente, dos encargos setoriais; (ii) aumento no fluxo de caixa das atividades de investimento, em decorrência de aquisições de ativos de contrato; e (iii) variação nas atividades de financiamento em decorrência da captação de empréstimos e financiamentos, além de pagamento de dividenso intermediários.

Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Em milhares de R\$, exceto %	2021	2020	%AH
<b>Lucro líquido do exercício</b>	1.025.545	718.544	43%
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais	(206.155)	778.551	-126%
Aumento (redução) dos ativos e passivos operacionais	481.026	246.941	95%
Fluxo de caixa das atividades operacionais	1.065.291	1.578.251	-33%
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(786.904)	(702.371)	12%
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(1.061.996)	(269.228)	294%
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(783.609)	606.652	-229%
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	957.597	350.945	173%
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	173.988	957.597	-82%
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de	(783.609)	606.652	-229%

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

caixa

Em análise aos saldos do exercício de 2021 em comparação com 2020, a variação na linha de ajustes para conciliar o lucro do exercício, ocorreu principalmente: (i) Valores a (receber) pagar de parcela A e outros itens financeiros; (ii) aumento dos ativos operacionais decorrentes, principalmente, dos encargos setoriais; (iii) aumento no fluxo de caixa das atividades de investimento, em decorrência de aquisições de ativos de contrato; e (iv) variação nas atividades de financiamento em decorrência da amortização de empréstimos e financiamentos, além de pagamento de dividenso intermediários.



## 2.2 Resultados operacional e financeiro

### 2.2 - Resultados operacional e financeiro

#### a) resultados das operações da Companhia

##### i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, a Companhia gerou suas receitas principalmente a partir da distribuição de energia em sua área de concessão.

##### ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

#### Perdas de Energia

A Companhia se sujeita a dois tipos de perda de eletricidade: perdas técnicas e perdas comerciais. As perdas técnicas ocorrem no curso ordinário da distribuição de energia elétrica, enquanto perdas comerciais resultam do furto de energia, bem como de fraude, medição errada e erros de emissão de contas. As perdas de energia acarretam a necessidade de a Companhia adquirir mais energia para fazer face às suas necessidades de distribuição, ocasionando um aumento dos custos de compra de energia para revenda.

#### Incentivos Fiscais - Isenção de 75% do Imposto de Renda

Na Equatorial Pará, a apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) a pagar é influenciada positivamente pelos seguintes itens: (i) incentivo fiscal de redução de 75% do Imposto de Renda decorrente do benefício de modernização total, obtido junto à SUDAM, válido até 2027; (ii) incentivo fiscal que permite a depreciação acelerada dos investimentos na ampliação e modernização da rede de distribuição, sendo estes integralmente considerados como despesa dedutível para fins de apuração do Imposto de Renda de forma imediata (válido até 2024); e (iii) compensação de prejuízos acumulados. Cabe ressaltar que, com exceção do item (iii), todos os itens citados acima são aplicáveis apenas ao IRPJ.

A CVM através da Deliberação nº 555 aprovou o pronunciamento técnico CPC 07(R1) - Subvenção e Assistência Governamentais, determinando o reconhecimento contábil das subvenções concedidas em forma de redução ou isenção tributária como receita. O efeito do benefício referente ao incentivo fiscal da SUDAM no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 536.678 (R\$ 367.667 em 31 de dezembro de 2020), calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando o incentivo de redução de 75% no imposto de renda apurado pelo lucro real.

#### b) Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Em agosto de 2022, a ANEEL homologou o reajuste das tarifas da Companhia cujo impacto médio ao consumidor foi de 15,12%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos pela distribuidora. O reajuste passou a ter efeito a partir de 07 de agosto de 2022.

Em agosto de 2021, a ANEEL homologou o reajuste das tarifas da Companhia cujo impacto médio ao consumidor foi de 9,01%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos pela distribuidora. O reajuste passou a ter efeito a partir de 07 de agosto de 2021.

Em agosto de 2020, a ANEEL homologou o reajuste das tarifas da Companhia cujo impacto médio ao consumidor foi de 2,68%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos pela distribuidora. O reajuste passou a ter efeito a partir de 07 de agosto de 2020.

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

A receita requerida anual, que representa a receita necessária para as distribuidoras manterem o equilíbrio econômico-financeiro, é segregada em 2 parcelas para fins de sua determinação, quais sejam:

**Parcela A:** Compreende os custos “não-gerenciáveis” das distribuidoras, ou seja, os custos cujo montante e variância estão fora do controle e influência da Companhia, os quais, estão detalhados a seguir:

- CCC – Conta de Consumo de Combustível: Encargo que visa cobrir os custos anuais de geração termelétrica, cujo montante anual é fixado para cada empresa em função do seu mercado e necessidade do uso das usinas termelétricas;
- Taxa de Fiscalização: Encargo que tem a finalidade de constituir a receita da ANEEL para cobertura de suas despesas administrativas e operacionais. Este é fixado anualmente e pago mensalmente;
- PROINFA: Programa de Incentivo a Fontes Alternativas: Encargo para cobertura dos custos da energia elétrica produzida por empreendimentos de produtores independentes autônomos, concebidos com base em fontes eólicas, pequenas centrais elétricas e biomassa. Calculado anualmente pela ANEEL, e pago mensalmente pela Companhia;
- CDE – Conta de Desenvolvimento Energético: Encargo com finalidade de prover recursos para o desenvolvimento e competitividade energética dos estados, bem como, a universalização do serviço de energia elétrica. Seu valor é fixado anualmente pela ANEEL; e
- P&D: Pesquisa e Desenvolvimento: referente à aplicação de 1% da receita operacional líquida anual, sendo no mínimo 0,75% em pesquisa e desenvolvimento e 0,25% em eficiência energética no setor elétrico.

**Parcela B:** Compreende os custos “gerenciáveis”, que são os custos inerentes às operações de distribuição de energia, estando assim sujeitos ao controle ou influência das práticas de gestão adotadas pela Companhia. Também inclui a remuneração do capital (a qual é calculada sobre uma base de remuneração de ativos, acrescido da cota de depreciação regulatória) e também um percentual regulatório de receitas irrecuperáveis. O contrato de concessão de distribuição de energia da Companhia estabelece a tarifa inicial e prescreve os seguintes mecanismos de atualização tarifária:

- Reajuste tarifário anual: objetiva restabelecer anualmente o poder de compra da receita obtida pela Companhia;
- Representa um ajuste referente às flutuações dos custos da Parcela “A” e a inflação (IGP-M) da Parcela “B” decrescido ou acrescido do Fator “X” (meta de eficiência para o próximo período);
- Revisão tarifária extraordinária: pode ocorrer a qualquer momento quando acontecer um desequilíbrio econômico-financeiro no acordo de concessão; e
- Revisão tarifária periódica: Objetiva analisar, a cada 4 anos, o equilíbrio financeiro econômico da concessão. O processo se dá através da revisão da receita necessária para cobertura dos custos operacionais eficientes e a remuneração adequada sobre os investimentos realizados com prudência.

A revisão tarifária periódica tem seu mecanismo conduzido em 2 etapas. Na primeira etapa, o chamado reposicionamento tarifário, que se baseia na definição da parcela da receita necessária para cobrir dos custos operacionais eficientes, dado um nível de qualidade do serviço e uma remuneração sobre os investimentos realizados com prudência. A segunda etapa consiste no cálculo

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

do Fator “X”, que estabelece metas de eficiência para o próximo período.

**c) impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

Os diretores da Companhia entendem que os principais indexadores presentes no plano de negócios da Companhia são o IGP-M, IPCA, CDI, e taxa de câmbio (Dólar):

- IGP-M: A Companhia possui 4,7% de seu endividamento atrelado ao IGP-M.
- CDI: Todas as aplicações financeiras do grupo Equatorial são atreladas ao CDI. A Companhia possui 46,5% de seu endividamento atrelado ao CDI.
- IPCA: A Companhia possui 46,9% de seu endividamento atrelado a IPCA.
- Pré fixado: A Companhia possui 1,81% de seu endividamento em taxa pré-fixada.

## 2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

### 2.3 - Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

#### a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

##### 2022

A Companhia e suas controladas avaliaram em 2022 as seguintes alterações em práticas contábeis, que resultaram em efeitos significativos sobre as informações prestadas nos itens 2.1 e 2.2 deste Formulário:

##### Contrato Oneroso – custos de cumprimento de contrato

As alterações especificam que, ao avaliar se um contrato é oneroso ou gerador de perdas, a entidade precisa incluir custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluindo custos incrementais (por exemplo, os custos de mão de obra direta e materiais) e um alocação de custos diretamente relacionados às atividades do contrato (por exemplo, depreciação de equipamentos usados para cumprir o contrato e custos de gerenciamento e supervisão do contrato). Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato.

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

##### Ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido

A alteração proíbe as entidades de deduzirem do custo de um item imobilizado quaisquer produtos de vendas de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que ele seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. Em vez disso, uma entidade reconhece os produtos de vender os itens, e os custos de produzir os itens, na demonstração do resultado.

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia já que não houve vendas de tais itens produzidos por ativo imobilizado disponibilizado para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado.

##### Referências à Estrutura conceitual

As alterações substituem uma referência a uma versão anterior da Estrutura Conceitual do IASB por uma referência à versão atual emitida em março de 2018 sem alterar significativamente seus requisitos.

As alterações também adicionam um novo parágrafo à IFRS 3 para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição.

De acordo com as disposições transitórias, a Companhia aplica as alterações prospectivamente, ou seja, para combinações de negócios que ocorram após o início do período de relatório anual em que aplica as alterações pela primeira vez (a data da aplicação inicial).

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia, uma vez que não existiam ativos, passivos ou passivos contingentes no âmbito dessas alterações que surgiram durante o período.

##### IFRS 1 *First-time Adoption of International Financial Reporting Standards* – Subsidiária como adotante pela primeira vez

## 2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

A alteração permite que uma subsidiária que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1 (equivalente ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade) mensurar as diferenças cumulativas de conversão usando os valores reportados nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para a IFRS, se nenhum ajuste foi feito para consolidação procedimentos e para os efeitos da combinação de negócios em que a controladora adquiriu a controlada. Esta alteração também se aplica a uma coligada ou joint venture que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1.

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia, por não ser um adotante pela primeira vez.

### IFRS 9 *Financial Instruments* – Taxas no teste de ‘10 por cento’ para baixa de passivos financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros)

A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro.

De acordo com as disposições transitórias, a Companhia aplica a emenda aos passivos financeiros que são modificados ou trocados no ou após o início do período de relatório anual em que a entidade aplica a emenda pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia, uma vez que não ocorreram modificações nos instrumentos financeiros da Companhia durante o exercício.

## 2021

### Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros e Referência

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge.

Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que ela não possui relações de hedge de taxas de juros.

### Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.

Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

Não houve efeitos significativos das alterações contábeis no patrimônio líquido e no lucro líquido da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

## 2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

### 2020

#### Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros e Referência

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge.

Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que este não possui relações de hedge de taxas de juros.

#### Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.

Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

#### Alterações no IFRS 3/CPC 15: Combinação de Negócios

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alteração ao IFRS 3 sobre a Definição de Negócio que possui data efetiva a partir de 1º de janeiro de 2020, que estabelece que a contabilização da aquisição de um conjunto de atividades e ativos depende da correta avaliação de que se trata de uma aquisição de negócios ou uma aquisição de um grupo de ativos.

Não houve efeitos significativos das alterações contábeis no patrimônio líquido e no lucro líquido da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

#### Alterações no IAS 1 / CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis e IAS 8 / CPC 23: Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros

Em outubro de 2018, o IASB emitiu definição de “material” e fez alterações no IAS 1 e IAS 8, que possuem data efetiva de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2020, estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão.

### **b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor**

Não houve ressalvas ou ênfases nos pareceres dos auditores independentes em relação às demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

## 2.4 Efeitos relevantes nas DFs

### 2.4 - Efeitos relevantes nas DFs

#### a) introdução ou alienação de segmento operacional

Item não aplicável, uma vez que não houve introdução ou alienação de segmento operacional da Companhia nos últimos 3 exercícios sociais.

#### b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Item não aplicável, uma vez que não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária pela Companhia nos últimos 3 exercícios sociais.

#### c) eventos ou operações não usuais

Item não aplicável, uma vez que não ocorreram eventos ou operações não usuais na Companhia nos últimos 3 exercícios sociais.

## 2.5 Medições não contábeis

### 2.5 – Medições não contábeis

#### a) Valor das medições não contábeis

##### i. EBITDA e EBITDA Ajustado

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) é uma medida não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Resolução da CVM nº 156, de 23 de junho de 2022 ("Resolução CVM 156"), conciliada com nossas demonstrações financeiras, e consiste no lucro líquido ajustado pelo resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

O EBITDA Ajustado é calculado por meio do EBITDA acrescido ou reduzido por itens que entendemos como não recorrentes ou que não afetam a nossa geração de caixa, como perda/ganho na desativação de bens e direito e despesas de *Stock Options* (Plano de Opção de Compra de Ações) ou plano de incentivo de longo prazo.

O EBITDA e o EBITDA Ajustado não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido, como indicador do desempenho operacional ou como substitutos do fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia ou base para distribuição de dividendos. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

O EBITDA é indicador financeiro utilizado para avaliar o resultado de empresas sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e outros impactos contábeis se reflexo direto no fluxo de caixa da empresa.

Seguem abaixo os valores do EBITDA e do EBITDA Ajustado da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

Em R\$ mil	Exercício social (31/12/2022)	Exercício social (31/12/2021)	Exercício social (31/12/2020)
EBITDA	2.399.015	2.011.239	1.480.909
EBITDA Ajustado	2.775.735	2.136.870	1.361.982

##### ii. Dívida Líquida

A Dívida Líquida da Companhia é uma medida não contábil calculada conforme prática do mercado, sendo possível ser conciliada com nossas demonstrações financeiras é composta pelo saldo de Empréstimos e Financiamentos (circulante e não circulante) e debêntures (circulante e não circulante), somado aos Credores Financeiros da recuperação judicial (circulante e não circulante) e seus respectivos AVPs, descontada de (i) Caixa e Equivalentes de Caixa; (ii) Investimentos de curto prazo; (iii) Valores a receber e Valores a pagar de Parcela A (circulante e não circulante) e Saldo Líquido de Instrumentos financeiros derivativos (circulante e não circulante); (iv) Sub-rogação da CCC – Valores aplicados; (v) Depósitos judiciais vinculados à empréstimos; e (vi) Repasses Vencidos de CDE.

A dívida líquida é um indicador financeiro utilizado para avaliar a solvência e capacidade de uma companhia fazer frente às suas obrigações quando medida em conjunto com seu EBITDA (descrito no item acima).



## 2.5 Medições não contábeis

A Dívida Líquida conforme covenants é um indicador financeiro utilizado pela Companhia para cálculo de covenants financeiros no âmbito de determinadas dívidas da Companhia. Seguem abaixo os valores de Dívida Bruta e Dívida Líquida.

Em R\$ mil	2022	2021	2020
Dívida Bruta	5.945.490	4.978.817	5.100.686
Dívida Líquida	4.155.873	2.877.163	1.964.534

### b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas e revisadas

[Nota: A CVM exige a reconciliação, caso os valores sejam divulgados e apresnetandos pela Companhia. Note por favor que tais valores constam do item (a) acima.]

#### i) EBITDA e EBITDA Ajustado

A tabela abaixo demonstra a reconciliação do lucro líquido para o EBITDA e EBITDA Ajustado para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

Reconciliação do lucro líquido para o EBITDA – em R\$ mil	Exercício social (31/12/2022)	Exercício social (31/12/2021)	Exercício social (31/12/2020)
Lucro líquido	1.556.399	1.025.545	718.544
(+/-) Resultado financeiro líquido	179.309	273.616	246.254
(+) Imposto de renda e contribuição social	282.902	346.780	204.068
(+/-) Depreciações e amortizações	380.405	365.297	312.043
<b>EBITDA</b>	<b>2.399.015</b>	<b>2.011.238</b>	<b>1.480.909</b>
(+) Outras receitas/despesas operacionais	329.959	58.650	25.835
(+) Impactos Margem Bruta	17.511	39.385	-185.867
(+) Ajustes de PMSO	26.316	27.596	41.104
(+) Ajustes PDD e Contingências	2.933	-	-
(+/-) Perdas/Ganhos na desativação de bens e direitos <sup>(1)</sup>	-	-	-
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>2.775.735</b>	<b>2.136.869</b>	<b>1.361.982</b>

(1) Composto pela baixa de ativos que ainda possuem algum valor contábil residual, porém foram retirados da operação cotidiana da Companhia antes do término de sua vida útil.

#### ii) Dívida Líquida

A tabela abaixo demonstra a reconciliação dos saldos de Dívida Bruta, Dívida Líquida Financeira, Dívida Líquida conforme Covenants e Dívida Líquida paraos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

	Exercício Social encerrado em		
(Em R\$ m il)	2022	2021	2020

## 2.5 Medições não contábeis

Empréstimos e Financiamento s (Circulante )	569.787	767.272	779.981
Empréstimo s e Financiamento s (Não Circulante )	3.430.039	2.100.412	1.976.662
Debêntures (Circulante e Não Circulante )	1.581.809	1.252.102	1.449.732
Partes relacionadas	0	1.199.231	10.052
Credores Financeiros da Recuperação Judicial (Circulante e Não Circulante ) (1)	363.854	356.665	403.468
<b>Dívida Bruta</b>	<b>5.945.489</b>	<b>4.476.451</b>	<b>4.609.843</b>
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	1.681.992	1.554.226	2.453.865
(-) Investimentos de Curto Prazo	13.981	25.411	24.471
(-) Valores a receber e a devolver de Parcela A (Circulante e Não Circulante )	(107.487)	156.866	251.291
(-) Saldo líquido de instrumentos financeiros derivativos (Circulante e Não Circulante )	41.241	272.016	313.981
(-) Baixa Renda a receber	66.694	50.882	43.821
(-) Subrogação CCC – Valores aplicado s	85.120	85.120	85.120
(-) Depósitos Judiciais vinculados a Empréstimos (2)	8.076	8.016	7.424
<b>Dívida Líquida</b>	<b>4.155.872</b>	<b>2.867.946</b>	<b>2.560.414</b>

(1) Valor Líquido de seu respectivo Ajuste a Valor Presente.

(2) O saldo de “Depósitos Judiciais vinculados à empréstimos” correspondem à soma do saldo de “Caução em garantia” da nota explicativa “Outros créditos a receber”, com “Fluxos de contratos de cédulas bancárias depositados no âmbito do processo de recuperação judicial” da nota explicativa “Provisão para processos cíveis, fiscais, regulatórias e trabalhistas”, conforme apresentados nas respectivas demonstrações financeiras e ITR da Companhia.

**c) motivo da escolha de tal indicador como mais apropriado para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações**

### i. EBITDA e EBITDA Ajustado

A Companhia entende que o EBITDA e o EBITDA Ajustado são medições apropriadas para a correta compreensão dos resultados das operações da Companhia, posto que no seu cálculo não são

## 2.5 Medições não contábeis

incluídas despesas de depreciação, amortização, despesas de imposto de renda e contribuição social e resultados financeiros. Sendo assim, não é afetado por flutuações nas taxas de juros (sejam elas aplicáveis à dívida ou à remuneração do caixa aplicado), alterações de carga tributárias de imposto de renda e contribuição social, alterações na forma de contabilização de incentivos governamentais, bem como pelos níveis de depreciação e amortização do seu ativo imobilizado.

A Companhia entende que o resultado de Perdas/Ganhos na Desativação de Bens e Direitos (que compõe Outras Receitas/Despesas Operacionais no DRE da Companhia) deva ser ajustada no cálculo do EBITDA Ajustado pela sua natureza de uma despesa ou receita não caixa que, similarmente à depreciação, é formada pela baixa de ativos que ainda possuem algum valor contábil residual, porém foram retirados da operação cotidiana da Companhia antes do término de sua vida útil contábil por motivos diversos, por exemplo, descarga elétrica em transformadores ou outros componentes da rede de distribuição, acidentes de trânsito que danificam bens não considerados como de massa, etc.

O EBITDA Regulatório consiste no EBITDA Ajustado acrescido da constituição, líquida da amortização de ativos ou passivos regulatórios no resultado da Companhia em um dado exercício. Os ativos e passivos regulatórios são valores contabilizados de modo a compensar um possível descasamento entre custos constantes na Parcela A (conforme definida na metodologia da ANEEL de revisão tarifária de distribuidoras de energia elétrica, que consiste em compra de energia, custos de transmissão de energia e encargos setoriais) efetivamente desembolsados pela Companhia e aqueles reconhecidos no seu último processo de Revisão ou Reajuste Tarifário. Cumpre ressaltar que, após a assinatura de um aditivo em seus contratos de concessão entre as distribuidoras de energia e a ANEEL em 2014, o IFRS passou a reconhecer a constituição ou amortização de ativos e passivos regulatórios, fazendo com que EBITDA Ajustado e EBITDA Regulatório, a partir de 2015, apresentem exatamente o mesmo valor.

### ii. Dívida Líquida

Entendemos que o cálculo da Dívida Líquida é o mais correto para entendimento da capacidade da Companhia fazer frente às suas obrigações, pois leva em consideração os seguintes ativos que estão diretamente vinculados à sua Dívida Bruta ou ativos setoriais que não são considerados capital de giro:

- i) Caixa e Equivalentes de Caixa: Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis e, equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor;
- ii) Investimentos de Curto Prazo/Aplicações financeiras: São fundos de investimento de curto prazo, mantidos por um período superior a três meses e estão sujeitos a baixo risco de perda em caso de resgate antecipado;
- iii) Valores a Receber e a Pagar de Parcela A: No segmento de distribuição de energia elétrica, “Ativos Regulatórios” são os valores extraídos das respectivas demonstrações e/ou informações financeiras consolidadas divulgadas pela Companhia, da Parcela A e/ou da Parcela B da estrutura tarifária ou quaisquer outros direitos a serem acrescidos ou deduzidos das tarifas de fornecimento e de uso do sistema de distribuição de energia elétrica pela ANEEL e de alterações da legislação setorial, fiscal e tributária que impactem as condições de equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão da Emissora, conforme definido pelas Resoluções Normativas da ANEEL, bem como pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, também aprovado pela ANEEL.
- iv) Saldo Líquido de Instrumentos Financeiros Derivativos: São operações de swap contratadas junto a bancos com o intuito de proteger o passivo da Companhia contra a variação cambial de empréstimos ou financiamentos originalmente contratados em moeda estrangeira.
- v) Depósitos Judiciais: São depósitos judiciais da Companhia para fazer frente a discussões judiciais relativas a empréstimos ou financiamentos contabilizados pela Companhia.

## 2.5 Medições não contábeis

vi) Repasses de CDE Vencidos: São descontos tarifários oferecidos por regulamentação do setor elétrico cuja compensação é mensalmente repassada à Companhia e encontram-se com saldo em aberto.

vii) Sub-rogação CCC: São valores de reembolso de investimentos realizados pela Companhia para interligação de Sistemas Isolados cujo repasse já está enquadrado pela ANEEL.

viii) Cauções: São depósitos de caução da Companhia para fazer frente a empréstimos ou financiamentos contabilizados pela Companhia

A Companhia entende importante demonstrar neste Formulário de Referência a abertura e quebra da Dívida Líquida e da Dívida Líquida conforme covenants para que o leitor possa avaliar a métrica utilizada no cálculo de covenants financeiros no âmbito de determinadas dívidas da Companhia.

## 2.6 Eventos subsequentes as DFs

### 2.6 - Eventos subsequentes as DFs

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foram autorizadas pelo Conselho de Administração e emitidas em 29 de março de 2023.

Foram verificados os seguintes eventos subsequentes às demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2023, nos termos das regras previstas no Pronunciamento Técnico CPC 24, aprovado pela Resolução CVM nº 105/22:

#### ***Decisão do STF sobre “coisa julgada” em matéria tributária***

Em 08 de fevereiro de 2023, o Plenário do STF concluiu e finalizou o julgamento dos Temas 881 e 885, decidindo, por unanimidade, que uma decisão definitiva, a chamada “coisa julgada”, sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde automaticamente os efeitos das decisões transitadas em julgado caso exista pronunciamento divergente e contrário, quando ocorrer em controle concentrado ou sob regime de repercussão geral.

A Companhia avaliou os efeitos reflexos desta decisão e não identificou processos judiciais impactados pela referida decisão da Suprema Corte, por não possuir decisões judiciais que resultem na supressão de seus tributos, cuja matéria tenha sido, posteriormente, julgada em sentido contrário pela Suprema Corte, em ação de controle concentrado ou sob regime de repercussão geral. Adicionalmente, a Companhia entende que a decisão não possui aplicação direta ou reflexa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e continuará monitorando a evolução do assunto.

#### ***Distribuição de dividendos adicionais***

Em 29 de março de 2023, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação de dividendos adicionais de R\$ 50 milhões, decorrentes do resultado do exercício.

## 2.7 Destinação de resultados

### 2.7 - Destinação de resultados

#### a. Regras sobre retenção de lucros

Após feitas as deduções previstas na Lei das Sociedades por Ações o lucro líquido terá a seguinte destinação:

- (a) 5% serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social;
- (b) formação de reserva para contingências, conforme proposta da administração;
- (c) retenção com base em orçamento de capital previamente aprovado;
- (d) dividendos obrigatório mínimo de 25%;
- (e) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar; e
- (f) o lucro remanescente poderá ser total ou parcialmente destinado à reserva de investimentos. A Assembleia Geral deliberará pela distribuição de lucros com base em proposta apresentada pela Diretoria Executiva, ouvido o Conselho de Administração e após obtido o parecer do Conselho Fiscal.

#### a.i. Valores das retenções de lucros

Do lucro líquido do exercício social findo em 2022:

- (i) reserva legal: R\$ 58.168 mil (5% do lucro líquido);
- (ii) reserva de incentivos fiscais: R\$ 393.033 mil (25% do lucro líquido);

Foi distribuído aos acionistas da Companhia, sob a forma de dividendos mínimos obrigatórios, o valor total de R\$ 276.300 mil e R\$ 786.385 mil referente a dividendos adicionais do exercício, representando 68% do lucro líquido.

Do lucro líquido do exercício social findo em 2021:

- (i) reserva legal: R\$ 42.827 mil (5% do lucro líquido);
- (ii) reserva de incentivos fiscais: R\$ 169.011 mil (16% do lucro líquido);
- (iii) reserva de investimentos: R\$ 13.330 mil (1% do lucro líquido).

Foi distribuído aos acionistas da Companhia, sob a forma de dividendos mínimos obrigatórios, o valor total de R\$ 203.427 mil e R\$ 610.280 referente a dividendos adicionais do exercício, representando 79% do lucro líquido.

Do lucro líquido do exercício social findo em 2020:

- (i) a parcela correspondente a 5% do lucro líquido, no Montante de R\$ 30.624 milhões foi destinado à reserva legal;
- (ii) reserva de incentivos fiscais: R\$ 106.057 mil (12% do lucro líquido);
- (iii) reserva de investimentos: R\$ 13.016 mil (61% do lucro líquido).

Foi distribuído aos acionistas da Companhia, sob a forma de dividendos mínimos o valor total de R\$ 145.466 mil e R\$ 436.397 mil referente a dividendos adicionais do exercício, representando 81% do lucro líquido.

#### a.ii) Percentuais em relação aos lucros totais declarados

## 2.7 Destinação de resultados

As parcelas de lucro retidas no exercício de 2022: no total de R\$ 1.105.198 correspondem a 71% do lucro total declarado, de R\$ 1.556.398.889,90.

As parcelas de lucro retidas no exercício de 2021: no total de R\$ 813.707 mil correspondem a 79% do lucro total declarado, de R\$ 1.025.545.207,32.

As parcelas de lucro retidas no exercício de 2020: no total de R\$ 581.862 mil correspondem a 81% do lucro total declarado, de R\$ 718.543.854,87.

### **b. Regras sobre distribuição de dividendos**

Em cada exercício social, os acionistas farão jus a um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado da Companhia, na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Em função do recebimento de subvenção governamental, a parcela do lucro líquido destinada à reserva de incentivos fiscais é excluída da base de cálculo dos dividendos obrigatórios, conforme art. 195-A, da Lei nº 6.404/76.

A Companhia poderá distribuir dividendos, observado que as ações preferenciais têm prioridade no recebimento de dividendos mínimos de 6% para as de classe “A”, 10% para as de classe “B” e 3% para as de classe “C”, calculados sobre o valor do capital representado pelas respectivas classes de ações antes da apropriação do resultado do período a que se referir o dividendo.

Os dividendos não reclamados dentro de três anos, a contar do início do pagamento, reverterão a favor da Companhia. A Reserva de Investimento poderá ser utilizada para pagamento de dividendos ou juro sobre capital próprio.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, foi distribuído aos acionistas da Companhia, sob a forma de dividendos mínimos o valor total de R\$ 276 milhões (25% do lucro líquido ajustado).

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, foi distribuído aos acionistas da Companhia, sob a forma de dividendos mínimos o valor total de R\$ 203 milhões (25% do lucro líquido ajustado).

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, foi distribuído aos acionistas da Companhia, sob a forma de dividendos mínimos o valor total de R\$ 145 milhões (25% do lucro líquido ajustado).

### **c. Periodicidade das distribuições de dividendos**

A distribuição de dividendos segue a regra da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanços semestrais, trimestrais ou de período menores, e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.

### **d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais**

Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social da Companhia, em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou

## 2.7 Destinação de resultados

arbitrais. [Nota: Companhia, não há nenhuma restrição imposta por emissão de debêntures ou outras dívidas?]

### **e. política de destinação de resultados**

A destinação de resultados da Companhia segue os critérios estabelecidos em seu Estatuto Social, não havendo uma política de destinação de resultados específica formalmente aprovada.



## 2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

### 2.8 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

**(a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial, tais como:**

- (i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**
- (ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**
- (iii) contratos de construção não terminada**
- (iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

A Companhia não possui ativos ou passivos que não estejam refletidos neste Formulário de Referência e nas Demonstrações Financeiras e suas notas explicativas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020. Portanto, os Diretores da Companhia entendem que não há itens relevantes não evidenciados nas informações financeiras da Companhia.

Para informações sobre contratos de recebimentos futuros de financiamentos, vide item 2.1(g) deste Formulário de Referência.

### **(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não se aplica, uma vez que a Companhia não possui ativos ou passivos ou outros itens que não estejam refletidos nesse formulário e nas Demonstrações Financeiras e suas notas explicativas, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Portanto, os Diretores da Companhia entendem que não há itens relevantes não evidenciados em referidas informações financeiras da Companhia.

## 2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

### 2.9 - Comentários sobre itens não evidenciados

**(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Conforme mencionado no item 2.8 acima, não há itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras da Companhia. Portanto, os Diretores da Companhia entendem que não há itens relevantes não evidenciados nas informações financeiras da Companhia.

**(b) natureza e o propósito da operação**

Conforme mencionado no item 2.8 acima, não há itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras da Companhia. Portanto, os Diretores da Companhia entendem que não há itens relevantes não evidenciados nas informações financeiras da Companhia.

**(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Conforme mencionado no item 2.8 acima, não há itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras da Companhia. Portanto, os Diretores da Companhia entendem que não há itens relevantes não evidenciados em referidas informações financeiras da Companhia.

## 2.10 Planos de negócios

### 2.10 - Planos de negócios

#### (a) Investimentos

##### (i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

O quadro abaixo demonstra os investimentos realizados nos últimos três exercícios sociais:

Em R\$ milhões	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Programa Luz Para Todos	319	227	168
Manutenção da Rede	169	75	60
Expansão e Melhoria da Rede	925	489	313
Equipamentos e Sistemas	83	29	46
Interligação de Sistemas Isolados	84	63	42
Universalização	139	49	31
Outros Investimentos	116	18	21
<b>Total</b>	<b>1.836</b>	<b>950</b>	<b>681</b>

- **Interligação de Sistemas Isolados:** Em conformidade com as disposições da Resolução ANEEL nº 784, de 24 de dezembro de 2002, e Resolução Autorizativa - ANEEL nº 1.999, de 7 de julho de 2009, alterada pela Resolução Autorizativa - ANEEL nº 3.405, de 27 de março de 2012 a Companhia foi enquadrada na sub-rogação dos benefícios do rateio da CCC, que trata da interligação de municípios isolados ao Sistema Interligado Nacional - SIN.

- O valor do investimento reconhecido e aprovado pela ANEEL para interligação da Ilha do Marajó é de R\$465.198, dividido em duas fases distintas, sendo a 1ª fase no valor de R\$184.660 e 2ª fase no valor de R\$280.538. Já para Interligação dos Municípios de Oriximiná e Óbidos o valor aprovado é de R\$22.374.

- **Programa de Redução de Perdas:** são verbas destinadas exclusivamente para o programa de combate às perdas técnicas e não técnicas da Equatorial Pará.

- **Linhas e Subestações de Distribuição e Manutenção/Melhorias No Sistema:** Investimentos feitos com caixa próprios, ou com recursos financiados por bancos privados ou estatais, destinados a manutenção, ampliação e melhorias do sistema elétrico da Companhia.

- **Programa Luz Para Todos e Universalização:** Programa que utiliza recursos do fundo CDE para interligação de consumidores que não possuíam conexão com o Sistema Interligado Nacional (SIN), visando a universalização do acesso à energia elétrica no país.

- **Manutenção de Rede:** Investimentos destinados à manutenção ou melhoria da qualidade do fornecimento de energia aos consumidores, assim como à redução do custo de operação da Companhia.

- **Expansão e Melhoria da Rede:** Investimentos destinados à expansão da cobertura da rede de distribuição com vistas a acompanhar o crescimento de consumo de energia na área de concessão da Companhia.

- **Equipamentos e Sistemas:** Investimentos em equipamentos e sistemas de informação e informática para melhoria na qualidade da operação e redução de custos operacionais da

## 2.10 Planos de negócios

Companhia.

### (ii) Fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia financia seus projetos de investimento próprio parte com sua geração própria de caixa e parte através de linhas de financiamento de bancos de fomento nacionais e internacionais como as do Banco da Amazônia – BASA, Eletrobrás, BNDES, e/ou demais instrumentos de captação dos mercados de capitais e bancário, tais como debêntures e outros títulos que tenham taxas atrativas e perfil de prazo adequado.

Os recursos para o Programa Luz Para Todos são provenientes de subvenção da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), do Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento ("FINISA") da Caixa e de recursos próprios.

### (iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimento previstos

Atualmente, a Companhia não possui desinvestimentos relevantes em andamento, nem quaisquer desinvestimentos previstos.

### (b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não se aplica, uma vez que a Companhia não divulgou aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a sua capacidade produtiva.

### (c) Novos produtos e serviços

#### (i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não se aplica, uma vez que a Companhia não possui pesquisas em andamento e já divulgadas relacionadas à novos produtos ou serviços.

#### (ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica, uma vez que a Companhia não possui pesquisas em andamento para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

#### (iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não se aplica, uma vez que a Companhia não possui projetos em desenvolvimento já divulgados relacionadas à novos produtos ou serviços.

#### (iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica, uma vez que a Companhia não possui gastos com desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

### (d) Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

## 2.10 Planos de negócios

A Companhia deu passos importantes no fortalecimento de sua jornada ESG, cujo desenho estratégico teve início em 2021 a partir de adequações básicas, como a atualização da matriz de materialidade e a organização dos reportes com base nos temas materiais. Ainda em 2022 a Companhia buscou institucionalizar alguns procedimentos e práticas, por meio da aprovação de políticas corporativas, bem como elaborou seu primeiro inventário de gases de efeito estufa, documento que ensejou as primeiras discussões sobre o plano de posicionamento climático do Grupo (ainda em fase de aprovação). Também em linha com sua estratégia em ESG, o Grupo realizou um diagnóstico para entender e endereçar possíveis gaps na aplicação para o Índice de Sustentabilidade da B3 (ISE Bovespa), diagnóstico esse que trouxe possibilidades de desenvolvimento de planos de ação nos temas relativos a capital humano, capital social, modelo de negócios e inovação, governança e meio ambiente. Para o próximo exercício, o Grupo Equatorial pretende trabalhar mais fortemente em ratings ESG, buscando dar mais transparência a suas publicações, bem como proporcionar melhorias aos indicadores das áreas.

## **2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional**

### **2.11 - Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional**

Segundo os Diretores da Companhia, não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção “2”.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

### 5.1 - Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

**a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

O Grupo Equatorial possui uma Política de Gestão de Riscos ("Política"), a qual estabelece os processos e os responsáveis pela identificação, avaliação, monitoramento e reporte de riscos relacionados à Equatorial Energia S.A. ("Equatorial Energia" ou "Controladora") e às suas controladas ("Grupo Equatorial"), incluindo a Equatorial Pará, e aos seus respectivos setores de atuação, além de traçar diretrizes e responsabilidades nas ações relacionadas ao monitoramento, prevenção, mitigação, contingenciamento e transferência ou compartilhamento de riscos dentro dos limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

A Política foi aprovada pelo Conselho de Administração da Controladora em reunião realizada em 22 de abril de 2022 e está disponível para consulta nas páginas eletrônicas do Grupo Equatorial(ri.equatorialenergia.com.br) e da CVM (gov.br/cvm).

Quanto aos riscos de mercado, a Companhia não possui uma política formalizada específica para gerenciamento de riscos de mercado, mas adota, no que couber, as diretrizes, regras e procedimentos constantes da Política. O gerenciamento de riscos da Companhia tem por objeto o monitoramento, a avaliação e a mitigação dos principais riscos aos quais a Companhia está exposta, incluindo os riscos de mercado indicados no item 4.3 deste Formulário de Referência, adotando medidas e procedimentos para se proteger de tais riscos, em linha com os objetivos definidos, níveis de tolerância fixados e a execução da estratégia planejada pela administração.

**b) Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:**

A Política, em linhas gerais, tem por objetivo estabelecer diretrizes para assegurar as melhores práticas de gestão de riscos corporativos, relacionadas à identificação, avaliação, monitoramento e reporte dos riscos, que possam afetar os objetivos estratégicos do Grupo Equatorial.

Nesse sentido, os principais objetivos da Política são:

- Atuar em sintonia com as melhores práticas de mercado quanto à gestão de riscos;
- Proteção contra perda de valor;
- Identificação e tratamento de riscos que possam ameaçar a execução dos objetivos estratégicos do Grupo Equatorial;
- Garantir o reconhecimento e reputação do Grupo Equatorial, melhorando a confiança das partes interessadas;
- Redução da possibilidade de ocorrência de fraudes e erros em processos operacionais;
- Identificação de oportunidades de melhorias, objetivando a redução de atividades manuais, morosidades e gargalos em processos;
- Maior alinhamento e sinergia entre gerências e processos dentro da empresa; e
- Garantir o alinhamento das diretrizes da administração com os processos operacionais.

**(i) riscos para os quais se busca proteção**

Em linha com sua Política de Gestão de Riscos, e com base na matriz de riscos corporativa, a Companhia define as ações de mitigação adequadas para um grupo de riscos. Para tanto, a Companhia subdivide os riscos para os quais busca proteção em categorias, conforme descrito a seguir:

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- **Estratégicos:** Possível impacto decorrente da não observância práticas de governança, decisões não baseadas em um planejamento estratégico, investimentos indevidos e falta de capacidade de resposta às mudanças no ambiente, ou de publicidade negativa sobre práticas e/ou negócios da organização.
- **Financeiros:** Possível impacto derivado de operações financeiras incoerentes com boas práticas de mercado, ou em desacordo com os valores da Companhia.
- **Compliance (ou conformidade):** Possível impacto originário do descumprimento de leis/regulamentos, ou processos movidos por clientes ou contrapartes, ou denúncias.
- **Cibernéticos e de Tecnologia:** Possível impacto decorrente do desalinhamento estratégico da tecnologia da informação com os objetivos do negócio, ataques cibernéticos e comprometimento da segurança das informações, indisponibilidade de sistemas e perda de integridade; e
- **Operacionais:** Possíveis impactos decorrente de problemas operacionais, como falhas nos controles internos.

Quanto aos riscos de mercado, a Companhia busca proteção para os riscos de taxa de juros, taxa de câmbio e de crédito, riscos de *commodities* e de derivativos, conforme análise qualitativa e quantitativa descrita no item 4.3 deste Formulário de Referência. Estes riscos são constantemente monitorados, avaliando-se mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar as atividades da Companhia.

### (ii) instrumentos utilizados para proteção

O processo de gerenciamento de riscos da Companhia previsto na Política de Gerenciamento de Risco contempla as seguintes etapas:

- **Identificação de Risco e Fatores de Risco** – Os riscos identificados devem ser mapeados para detectar os fatores de riscos e permitir um melhor entendimento das principais causas, que potencialmente levam à sua materialização, assim como, principais agravantes e atenuantes relacionados, que servem de insumo para avaliação de riscos, devendo essa atividade ser coordenada e consolidada pela Área de Gestão de Riscos e Controles Internos (“GRC”) junto às unidades e áreas de negócio, responsáveis primários pelos riscos.
- **Análise Geral de Riscos (AGR)** – A AGR reflete, de maneira estruturada, as percepções da administração, bem como os executivos (áreas e unidades de negócio) em relação aos principais aspectos de gestão e riscos envolvidos nas operações, áreas/processos de negócio e características da Companhia. A Área de GRC auxiliará as Áreas e unidades de negócio da Companhia na identificação dos riscos, sendo necessário ter em vista os possíveis cenários de perda para o Grupo Equatorial, ligando a estes suas respectivas causas e consequências relacionadas à materialização do risco.
- **Avaliação de Riscos** – A avaliação de riscos tem como objetivo atribuir um nível de exposição aos riscos com base em vetores e critérios definidos. Os vetores principais utilizados pelo Grupo Equatorial são:
  - Impacto: refere-se à extensão que um evento de risco pode afetar à Companhia. A classificação de impacto do Grupo Equatorial considera um vetor principal financeiro e vetores auxiliares qualitativos.
  - Vulnerabilidade: refere-se à quão preparada estão as defesas da organização frente aos eventos de riscos. A classificação da vulnerabilidade no Grupo Equatorial considera três vetores auxiliares: controles internos, planos de ação e/ou resposta e eventos externos, logo será obtido o valor residual do risco.



## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- **Exposição ao Risco e Priorização** – Com base resultado obtido na avaliação dos vetores de impacto e vulnerabilidade, os riscos devem ser classificados, conforme o grau, como:

(a) Extremo: Representa extrema ameaça em potencial, é um evento intolerável, essa atividade não deve ser iniciada ou prossegui-la até que o risco seja reduzido. Em caso de não ser possível a redução do risco, mesmo utilizando recursos elevados, a atividade deve ser proibida.

(b) Alto: Representa grande ameaça em potencial, portanto, a atividade não deve ser iniciada até que o risco seja reduzido. Esforços e recursos devem ser alocados para mitigá-lo. Para atividade em andamento, ação urgente deve ser tomada.

(c) Médio: Possui menor o nível de criticidade quanto ao impacto nos negócios do Grupo. Esforços devem ser empreendidos para reduzir o risco, mas o custo de prevenção deve ser avaliado e limitado. As medidas de redução de riscos devem ser implementadas em período de tempo definido.

(d) Baixo: Não requer controles adicionais aos que já existem. É necessário monitoramento e informação existentes. Há necessidade de instrução e monitoramento pelos responsáveis das atividades.

- **Resposta aos Riscos** – Após a identificação, análise e classificação dos riscos, conforme etapas anteriores, é definido pela Companhia as estratégias para a tomada de decisão, desenvolvendo uma série de medidas para mitigar as ameaças aos objetivos do Grupo Equatorial, a fim de alinhar os riscos com o respectivo apetite ao risco, desenvolvendo planos de respostas formais definidos pelo gestor da área de negócio afeta ao risco, com apoio da Área de GRC. As possibilidades de resposta ao risco são:

- Aceitar: a Administração concorda em enfrentar o risco, se e quando ele se materializar. Um plano de solução, ou contingência pode ser desenvolvido para essa eventualidade. Estratégia utilizada quando não é possível ou prático responder ao risco, ou uma resposta não se justifica pela importância do risco.

- Compartilhar: transferência ou compartilhamento de uma porção do risco, visando a redução da probabilidade ou do impacto (ex.: no risco de incêndio, onde o custo do sinistro poderia ser transferido para seguradoras);

- Evitar: está relacionada a uma ação que elimina totalmente a fonte de um risco específico (ex.: venda de determinada operação);

- Reduzir: são adotadas medidas para reduzir o nível de exposição de um evento de risco adverso para um limite aceitável pelo Grupo Equatorial Energia;

- **Monitorar os Riscos** – O monitoramento dos riscos é um processo contínuo do sistema de gestão de riscos, que consiste em definir, acompanhar e atualizar periodicamente os indicadores de riscos, que estão diretamente relacionados aos fatores de risco, assim como o acompanhamento e atualização do *status* de implementação dos planos de resposta e/ou de ação em conjunto com as partes interessadas no gerenciamento de riscos. Periodicamente, os resultados dos indicadores devem ser reportados para a Diretoria primária, conforme frequência estabelecida para cada risco, ao Comitê de Auditoria e Riscos e Conselho de Administração, de acordo com os respectivos calendários de reuniões e regimentos.

Quanto aos riscos de mercado, como estratégia de mitigação dos riscos de perdas por variação cambial, todo instrumento de dívida indexado em moeda estrangeira deve ser protegido por operação de hedge cambial, o que ocorre por intermédio da contratação de *swaps* de fluxo de caixa, sendo que na ponta passiva está a moeda nacional indexada a CDI, e na ponta ativa, a moeda estrangeira e custo do contrato. Tais contratos são designados como hedge de fluxo de caixa. A

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Companhia utiliza-se de instrumentos de proteção/mitigação à oscilações das taxas de juros e variação cambial, como instrumentos derivativos de *swaps*.

Os parâmetros utilizados para gerenciamento dos riscos de mercado são contemplados em cenários desenvolvidos no âmbito do planejamento estratégico da Companhia. São utilizados *inputs* macroeconômicos para modelagem desses valores nos modelos econômico-financeiros e operacionais, com o objetivo de conhecer os impactos futuros sobre os resultados e, assim, adotar medidas preventivas para enfrentamento de cenários adversos.

A Companhia opera instrumentos financeiros com o objetivo de se proteger de eventual volatilidade de taxas de juros, câmbio e inflação. Dessa forma, a Companhia pode realizar operações visando a alteração de determinado indexador de suas obrigações (IPCA e CDI, por exemplo) ou moeda estrangeira (dólar), nos seus contratos de financiamentos e/ou emissões de dívidas.

### (iii) **estrutura organizacional de gerenciamento de risco**

A estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia considera a atuação conjunta dos órgãos de governança corporativa e de gestão, e é realizada de acordo com o modelo de linhas de defesa do COSO-ERM – Enterprise Risk Management. As linhas de defesa representam um conceito que define os papéis e responsabilidades no gerenciamento de riscos e fortalecimento da governança, bem como a interação desses papéis em todos os níveis da Companhia, conforme indicado abaixo:

- 1ª linha: as áreas e unidades de negócio da Companhia são responsáveis pela gestão contínua dos riscos e exploração de oportunidades, propagando uma cultura de desenvolvimento dos processos, sistemas e controles internos, para atingimento das metas e objetivos estratégicos do Grupo Equatorial.
- 2ª linha: tem o intuito de fornecer conhecimento complementar, de apoio a implantação e manutenção dos planos de resposta associados aos riscos e controles internos, assim como o desenvolvimento da melhoria contínua das práticas do gerenciamento de riscos.
- 3ª linha: a área de Auditoria Interna, atua no assessoramento da administração, voltada para o exame e avaliação da adequação, eficiência e eficácia dos sistemas de controles, baseado nos conceitos de gerenciamento de riscos do negócio.

Sob esses aspectos, a estrutura de governança de gestão de riscos estabelecida pela Companhia na Política de Gestão de Riscos contempla as responsabilidades atribuídas às instâncias organizacionais, conforme descrito abaixo.

#### Conselho de Administração

- Definir as estratégias para alcance dos objetivos de negócio;
- Aprovar a Política de Gestão de Riscos e suas revisões quando necessário;
- Avaliar e aprovar a matriz de riscos corporativos, estabelecendo os limites aceitáveis ao apetite a riscos do Grupo Equatorial; e
- Aprovar os planos de resposta aos riscos com grau de exposição extrema ou riscos priorizados pela alta administração.

#### Comitê de Auditoria Estatutário

- Garantir que o Grupo Equatorial mantenha uma cultura voltada à gestão de riscos, incentivando o cumprimento da Política e dos normativos dela decorrentes;
- Analisar a Política, sua metodologia e os documentos-chave a serem utilizados no processo de gestão de riscos do Grupo e submetê-los à aprovação do Conselho de Administração;

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Analisar o apetite a riscos e submetê-lo à aprovação do Conselho de Administração;
- Reportar periodicamente o nível de exposição dos riscos prioritários ao Conselho de Administração;
- Avaliar a efetividade do processo de gestão de riscos e sugerir melhorias, quando necessário; e
- Aprovar o Plano Anual de Riscos.

### Área de Gestão de Riscos e Controles Internos (GRC)

- Definir a estrutura e a metodologia, e executar a estratégia de Gestão de Riscos Corporativos do Grupo Equatorial;
- Avaliar e monitorar as exposições a riscos, acompanhando a implantação das ações de mitigação das áreas de negócio e reportando o cenário periodicamente à administração e ao Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos;
- Assessorar a Alta Administração na proposição do apetite a risco, bem como auxiliar as áreas de negócio na identificação de riscos, avaliação de impacto e direcionamento das respostas aos riscos (aceitar, compartilhar, evitar e reduzir);
- Apoiar o Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos na avaliação contínua da estrutura da gestão e riscos corporativos, mantendo a base atualizada com os registros de perdas que se materializarem na Companhia;
- Desenvolver em conjunto com as áreas de negócio os indicadores para monitoramento dos riscos, bem como proposta dos limites de tolerância;
- Apoiar as áreas de negócio no desenho e na melhoria de controles internos para tratamento das nãoconformidades identificadas nos trabalhos de Auditoria Interna e mapeamento de riscos.

### Presidentes e Superintendentes do Grupo Equatorial

- Fomentar a cultura da gestão de riscos junto as áreas de negócio;
- Incorporar a Gestão de Riscos, no planejamento e gestão de processos críticos;
- Acompanhar os indicadores de risco (KRI's), que ultrapassem os limites de tolerância ou necessitem de ações mitigadoras.

### Gestores das Área de Negócios (Donos dos Riscos – Risk Owners)

- Efetuar o monitoramento dos riscos, direta ou indiretamente, envolvidos nas operações sob sua gestão, a partir da identificação das causas e consequências associadas à materialização;
- Assumir e garantir que os riscos estejam dentro dos limites de tolerância definidos pelo Conselho de Administração;
- Reporte periódico ao Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos ou Área de GRC dos eventos relevantes, que afetem o grau de exposição do Grupo Equatorial a riscos, incluindo os resultados dos indicadores de riscos prioritários;
- Garantir a operacionalização da gestão de riscos, sendo parte integrante do processo de identificação, avaliação e mensuração, bem como, a implementação de ações e planos de resposta, relativos aos riscos envolvidos nas operações sob sua gestão, de acordo com as deliberações tomadas em conjunto com a Área de GRC e Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos.

### Auditoria Interna

- Avaliar a adequação e eficácia dos controles internos das unidades que compõem o Grupo Equatorial;
- Apresentar recomendações para minimizar riscos através do aprimoramento das estruturas de controle existentes.
- Apontar ao Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos a ocorrência de não conformidades, oportunidades de melhorias nos processos e nos controles, falhas, desvios, irregularidades e/ou ilegalidades observadas.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Quanto aos riscos de mercado, a Companhia destaca que não tem uma estrutura organizacional específica, em regra pautando-se pela estrutura e pelos procedimentos gerais da Política descritos no item 5.1 (b.iii) deste Formulário de Referência, que descreve as principais responsabilidades entre as instâncias organizacionais da Companhia envolvidas no processo de gerenciamento de riscos

### **c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

Com base nas informações disponibilizadas neste item 5.1 do Formulário de Referência, a Companhia entende que sua atual estrutura operacional e de controles internos, descrita no item (b.iii) acima, desenhada em linha com o propósito de permitir a avaliação constante de sua efetividade, contempla mecanismos e procedimentos adequados e equilibrados para o gerenciamento dos principais riscos aos quais está exposta.

## 5.2 Descrição dos controles internos

### 5.2 - Descrição dos controles internos

#### **(a) As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las**

A Companhia atua com três níveis principais de controles internos, sendo o primeiro estruturado por meio de suas práticas e procedimentos, acompanhadas por controles internos e gerenciais de cada uma das áreas organizacionais. O segundo, representado pela área de Gestão de Riscos e Controles Internos, atua por meio da estrutura de controles financeiros, reporte à administração e acompanhamento contínuo dos resultados, que ocorre por meio de reuniões mensais de resultados com a Diretoria. Por sua vez, o terceiro nível corresponde ao papel da auditoria interna, que realiza regularmente trabalhos preventivos e corretivos, com reporte bimestral ao Comitê de Auditoria Estatutário do Grupo Equatorial e ao Conselho de Administração da Companhia.

#### Sistemas de Informação:

A maior parte dos sistemas de gerenciamento e controle são produtos adquiridos de fornecedores com considerável referência no mercado de tecnologia, sendo customizados para atender ao setor de distribuição de energia elétrica e às necessidades das empresas do Grupo Equatorial. Todos os sistemas estão integrados e possuem elevado grau de automação.

Os sistemas da Companhia são divididos em quatro segmentos:

- (a)** Sistemas Comerciais;
- (b)** Sistemas Técnicos;
- (c)** Sistemas Financeiros; e
- (d)** Sistemas de Apoio.

Os Sistemas Comerciais estão descritos abaixo:

- SAP CCS: Sistema responsável pelos processos de leitura, faturamento, arrecadação e combate às perdas;
- SAP CRM: Sistema responsável pelo processo de atendimento ao cliente;
- SAP MOM: Sistema responsável pelo controle de ordens de serviço de campo;
- SAP PROLOGA: Sistema responsável pelo processo de leitura e faturamento em campo;
- SAP BO/BW: Sistema responsável pela geração de informações estratégicas da área comercial; e
- CAS HEMERA: Sistema responsável pelo processo de faturamento de clientes de alta tensão.

Os Sistemas Técnicos estão descritos abaixo:

- G2M+ MAPA: Sistema para georreferenciamento da rede de distribuição de energia elétrica;
- G2M+ OPER: Sistema para operação da rede de distribuição de energia elétrica;
- G2M+ OPER MOBILE: Sistema para controle das ordens de serviços de campo da rede de distribuição de energia elétrica;
- G2M+ MAN: Sistema para controle de manutenção da rede de distribuição de energia elétrica;
- G2M+ PROJ: Sistema para controle de manutenção da rede de distribuição de energia elétrica;
- ELIPSE: Sistema SCADA para automação da rede de energia elétrica; e
- WAY2: Sistema para controle da medição de energia elétrica.

Os Sistemas Financeiros estão descritos abaixo:

- SAP FI: Sistema administrativo-financeiro módulo Financeiro;
- SAP CO: Sistema administrativo-financeiro módulo Contábil;
- SAP MM: Sistema administrativo-financeiro módulo Materiais;
- SAP SD: Sistema administrativo-financeiro módulo Vendas de Serviços;

## 5.2 Descrição dos controles internos

- SAP PM: Sistema administrativo-financeiro módulo Manutenção;
- SAP PS: Sistema administrativo-financeiro módulo Projetos;
- SAP TRM: Sistema administrativo-financeiro módulo de Tesouraria;
- SAP AA: Sistema administrativo-financeiro módulo de Ativos;
- SAP IM: Sistema administrativo-financeiro módulo Investimentos;
- SAP WF: Sistema administrativo-financeiro módulo Workflow de Aprovação;
- SAP GRC NFe: Sistema administrativo-financeiro módulo para Emissão de notas fiscais;
- SAP BO/BW: Sistema administrativo-financeiro módulo de geração de informações estratégicas;
- MASTERSAF: Sistema para gestão e controle dos processos fiscais; e
- WMS: Sistema para gestão e controle do estoque de materiais.

Os Sistemas de Apoio estão descritos abaixo:

- SÊNIOR VETORH: Sistema responsável pelo processamento da folha de pagamento;
- ASM: Sistema responsável pelo registro, controle e acompanhamentos dos incidentes e requisições relacionados ao ambiente de tecnologia; e
- CP-PRO: Sistema responsável pelo controle e gestão dos processos jurídicos.

A Companhia possui uma Central de Serviços de TI que gerencia e controla todo o processo de concessão de acesso aos sistemas relacionados acima. Este processo é fundamentado nas principais normas de melhores práticas de mercado como ITIL, COBIT, ISO 20.000 e ISO 27.000 e tem as seguintes premissas:

- (i) Todo acesso só é concedido mediante autorização prévia de um gestor imediato;
- (ii) As permissões de acesso às funcionalidades dos sistemas são concedidas de acordo com a função desempenhada pelos usuários. Desta forma, são criados grupos de acesso chamados de perfis; e
- (iii) Existem usuários-chave nas áreas de negócio que detêm grande conhecimento dos sistemas. Estes são os responsáveis em avaliar a inclusão/modificação dos usuários nos perfis de cada sistema.

As unidades de negócio do Grupo Equatorial são estruturadas de forma a permitir o pleno atendimento à legislação aplicável. A administração do Grupo Equatorial é responsável pelos controles internos por ela determinados como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### (b) As estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia conta com as seguintes estruturas organizacionais para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:

- Gerência de Auditoria Interna: independente e dedicada a avaliar exposição a riscos, testar controles, transações e procedimentos. Esta área é diretamente subordinada à Presidência da Companhia.
- Comitê de Auditoria e Gestão de Risco: funciona supervisionando os resultados e operações.

A Gerência de Auditoria Interna e a Diretoria de Estratégia e Regulação reportam-se ao Comitê de Auditoria e Gestão de Risco, que por sua vez assessora e informa o Conselho de Administração da Companhia e de sua controladora sobre possíveis deficiências e falhas do processo.

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos descrita neste item é parte das práticas e

## 5.2 Descrição dos controles internos

medidas adotadas pela Companhia, bem como por suas controladas, para fins de controle dos riscos aos quais está exposta.

O Comitê de Auditoria e Gestão de Risco, criado em maio de 2014 e reformulado em maio de 2021, avalia ações e toma determinadas decisões que influenciam o cotidiano da Companhia. As atribuições do Comitê de Auditoria e Gestão de Risco estão descritas no item 5.1(b)(iii) acima.

### **(c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

A Companhia supervisiona a eficiência de seus controles internos com o suporte dos seguintes profissionais:

- Executivo de Riscos e Controles Internos;
- Gerente Corporativo de Auditoria Interna;
- Diretoria de Estratégia e Regulação;
- Diretor Presidente;
- Gerente de Assuntos Regulatórios; e
- Membros do Comitê de Auditoria e Gestão de Risco.

A Auditoria Interna seleciona, desenvolve e realiza avaliações contínuas visando se certificar da presença e eficácia dos mecanismos de controle interno, fornecendo informações essenciais para avaliação dos gestores. O Comitê de Auditoria e Gestão de Risco tem as suas atribuições descritas no item 5.1(b)(iii) acima.

### **(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

Os auditores independentes obtiveram o entendimento dos processos relacionados à estrutura de controles internos da Companhia em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 com o objetivo de expressar sua opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia, e não com finalidade de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos.

Nesse sentido, os auditores independentes da Companhia apontaram através do relatório de Recomendações à Administração da Companhia, que contém um descritivo sobre deficiências identificadas ao longo do processo de auditoria das demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 da Companhia, que tem por objetivo contribuir para o aperfeiçoamento dos controles internos e procedimentos contábeis da Companhia e suas controladas.

O Relatório de Recomendações do auditor independente referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, não apontou deficiências significativas nos controles gerais Companhia.

### **(e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas.**

Conforme mencionado acima, não foram identificadas deficiências significativas no relatório de recomendações do auditor independente referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, que requeiram comentário dos Diretores da Companhia.

## 5.3 Programa de integridade

### 5.3 - Programa de integridade

**a) Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

**i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas**

A Área Executiva de Riscos e Controles Internos, vinculada à Gerência de Auditoria Interna, tem como objetivo propiciar a melhor prática de gestão de riscos e controles internos para resguardar o Grupo Equatorial, considerando sua estratégia, processos e ativos, de eventuais riscos. O Grupo Equatorial atua nas três linhas de defesa voltadas para prevenção, detecção e remediação de fraudes, normatizando seus processos administrativos, operacionais e financeiros, que periodicamente são revisados por analistas de risco e consultores de qualidade. Para mais informações sobre as linhas de defesa, vide item 5.1(a)(iii)..

**ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes**

O Programa de Integridade do Grupo Equatorial é dotado de políticas, normas e procedimentos, dos quais constam Política de Anticorrupção, Política de Segurança da Informação, Política de Proteção de Dados Pessoais, Código de Ética e Conduta.

O Comitê de Ética da Companhia atua na prevenção, detecção e remediação de fraudes., com atuação também em suas controladas, cujos processos e mecanismos são revisados por analistas de riscos e consultores de qualidade, bem como pela Auditoria Interna quando do cumprimento do Plano Anual de Auditoria Interna.

A Área Executiva de Riscos e Controles Internos da Companhia, vinculada à Gerência de Auditoria Interna, tem como objetivo propiciar a melhor prática de gestão de riscos e controles internos para resguardar o Grupo Equatorial, considerando sua estratégia, processos e ativos, de eventuais riscos. O Grupo Equatorial atua nas três linhas de defesa voltadas para prevenção, detecção e remediação de fraudes, normatizando seus processos administrativos, operacionais e financeiros, que periodicamente são revisados por analistas de risco e consultores de qualidade. Para mais informações sobre as linhas de defesa, vide item 5.1(b)(iii).

**iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**

**• se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Ética e Conduta do Grupo Equatorial contempla ações e princípios que norteiam as relações de seus conselheiros, presidentes, diretores, superintendentes e todos os colaboradores das empresas do Grupo Equatorial Energia, independentemente de seu nível hierárquico, cargo, função ou local de atuação.

**• se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

Desde a contratação ou designação, os colaboradores, conselheiros e corpo diretivo recebem treinamentos, assim como, periodicamente, participam de palestras educativas com relação a temas



## 5.3 Programa de integridade

tratados no referido documento. Tais membros também recebem treinamentos de atualização a cada alteração implantada no Código de Ética e Conduta, de forma a estarem atualizados com os temas incluídos ou que sofrerem alterações.

O Grupo Equatorial possui plataforma digital do Programa de Integridade da Equatorial Energia, na qual consta treinamento de Ética, que emite relatório preciso do grau de absorção do conteúdo pelo colaborador treinado.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

Cabe ao Comitê de Ética a recomendação de aplicação das medidas disciplinares, que variam de acordo com a gravidade das transgressões identificadas e apuradas. As sanções estão previstas em norma específica e incluem: advertência verbal, advertência formal, suspensão, desligamento sem justo e com justo motivo.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O novo código de ética do Grupo Equatorial foi aprovado em 22 de março de 2022 pelo Conselho de Administração e pode ser acessado através do website do Grupo Equatorial <ri.equatorialenergia.com.br>.

### **b) Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

O Grupo Equatorial possui canal de denúncias interno, cuja gestão é de responsabilidade de empresa terceirizada, para envio de críticas, reclamações, relatos de casos de descumprimento do Código de Ética e Conduta ou sugestões referentes à ética e conduta profissional.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O canal de denúncias do Grupo Equatorial está aberto aos empregados e terceiros, que mantêm relacionamento com o Grupo Equatorial, sendo disponibilizado por meio de endereço na internet e por telefone, 24 horas por dia.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**

Todas as informações são recebidas e tratadas confidencialmente pela Auditoria Interna do Grupo Equatorial e o anonimato da fonte denunciante é devidamente mantido. O canal gera protocolo para acompanhar o andamento do processo até a finalização da apuração.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

A Gerência de Auditoria, Riscos e Controles Internos é responsável pela apuração de denúncias recebidas através do Canal de Denúncias da Companhia.

### **c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas**

Não houve nos últimos três exercícios sociais casos de irregularidades, desvios, fraudes e atos ilícitos praticados contra a administração pública.

### 5.3 Programa de integridade

**d) Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

Não aplicável, tendo em vista que, conforme acima descrito, a Companhia adotou regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

## 5.4 Alterações significativas

### 5.4 - Alterações significativas

Em 2022, a Companhia reestruturou seu processo de gerenciamento de riscos com o desenvolvimento de política específica, além de uma norma de procedimentos interna para orientar e padronizar seus processos.

O processo de acompanhamento foi estruturado e integrado ao modelo de gestão para incorporar a gestão de riscos ao processo de acompanhamento de metas da Companhia.

Atualmente são acompanhados 31 indicadores de riscos e mais de 35 recomendações de melhorias de processos já foram implementadas.

Não houve nenhuma alteração significativa nos riscos aos quais a Companhia está exposta, nem alterações no gerenciamento de seus riscos.

## **5.5 Outras informações relevantes**

### **5.5 - Outras informações relevantes**

Não existem outras informações relevantes que não tenham sido mencionadas nesta seção 5 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.